

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

REZEK, José Francisco. José Francisco Rezek II (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h).

**José Francisco Rezek II  
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

## ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Guilherme Stolle Paixão e Casarões; Oliver Stuenkel ;

***Levantamento de dados:*** Guilherme Stolle Paixão e Casarões; Joice Barbaresco;

***Pesquisa e elaboração do roteiro:*** Guilherme Stolle Paixão e Casarões; Joice Barbaresco;  
Oliver Stuenkel;

***Técnico de gravação:*** Ninna Carneiro;

***Local:*** São Paulo - SP - Brasil;

***Data:*** 24/06/2014 a 02/10/2014

***Duração:*** 4h 7min

Arquivo digital - áudio: 6; Arquivo digital - vídeo: 6; MiniDV: 6;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

***Temas:*** Abertura política; Acordos e tratados internacionais; Advocacia; África; África do Sul; América Latina; Anos 1980; Anos 1990; Comunismo; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Corrupção e suborno; Crise política; Cuba; Diplomacia; Direito; Direitos humanos; Ditadura; Dívida externa; Economia; Eleições; Eleições presidenciais; Empresas privadas; Engenharia; Equador; Estados Unidos da América; Europa; Fernando Collor de Mello; Fidel Castro; Formação acadêmica; Francisco Rezek; Fronteira; George W. Bush; Globalização; Golpe de 1964; Golpe de estado; Governo Ernesto Geisel (1974-1979); Governo Fernando Collor (1990-1992); Governo José Sarney (1985-1989); Greves; Guerra do Iraque; Guerra Fria; Hugo Chávez; Ideologia;

Impeachment de Collor; Imprensa; Índia; Instituto Rio Branco (IRBr); Investimento estrangeiro; Irã; Iraque; Israel; Itamar Franco; James Baker ; Japão; José Sarney; Justiça; Justiça eleitoral; Juventude; Liberalismo; Luiz Inácio Lula da Silva; Maranhão; Mercosul; Mikhail Gorbachev; Ministério das Relações Exteriores; Missão diplomática; Mulher; Olavo Egydio Setubal; Opinião pública; Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos; Palácio do Planalto; Palácio Itamaraty; Panamá; Partidos políticos; Paulo Tarso Flecha de Lima; Peru; Plano Bush (1990); Política; Política econômica; Política externa; Portugal; Presidência da República; Procuradoria Geral da República; Racismo; Rede Globo; Regime militar; Rio de Janeiro (cidade); Rio de Janeiro (estado); Roberto Abreu Sodré; Roberto Campos; Segurança Internacional; Silvio Santos; Soberania nacional; Socialismo; Supremo Tribunal Federal; Tancredo de Almeida Neves; Territórios federais; Tribunal Superior Eleitoral; União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); União Europeia; Venezuela; Viagens e visitas; Voto;

## *Sumário*

1ª Entrevista: 24.06.2014

Arquivo 1: Considerações sobre eleição presidencial de 1989; lembrança juventude; comentários sobre a composição do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral em 1989; considerações sobre eleição presidencial de 1989; partidos brasileiros em 1989; comentários sobre processo eleitoral; candidatos a presidência em 1989; atuação no Tribunal Superior Eleitoral; primeiro contato com Fernando Collor; visita de candidatos à presidência ao Tribunal Superior Eleitoral; preparação para as eleições; candidatura de Silvo Santos à presidência; greve de juízes do Maranhão em 1989; debate eleitoral de 1989; direito de resposta no debate eleitoral; direito de resposta para Lula; comentário sobre episódio Mirian Cordeiro; cobertura das eleições pela rede globo.

Arquivo 2: Conhecimento sobre o tema de política externa; comentário sobre formação em Direito Internacional Público; atuação como professor do Instituto Rio Branco; conhecimento sobre o Ministério das Relações Exteriores; atuação como Procurador Geral da República; produção dos protocolos adicionais as convenções de Genebra; nomeação a Ministro das Relações Exteriores; relação com o presidente Fernando Collor; lembranças sobre ditadura militar brasileira; abertura econômica durante governo Collor; considerações sobre política externa durante Governo de Fernando Collor; relação com Itamar Franco; considerações sobre a política de Itamar Franco; vertentes políticas no Ministério de Relações Exteriores; controvérsias ao assumir o cargo de Ministério de Relações Exteriores; lembranças sobre escolha de votos na eleição de 1989; considerações sobre o Governo Fernando Collor; nova indicação ao Supremo Tribunal Federal; relações entre chanceler e presidente; projeto de viagem de Estado para a Índia; considerações sobre atuação no Ministério de Relações Exteriores; uso da verba secreta do Ministério de Relações Exteriores; caso Mendes Júnior no Iraque; atuação do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima no caso Mendes Júnior; participação de Fernando Collor nas atividades do Ministério de Relações Exteriores; corrupção dentro do Itamaraty; tripartição da Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores; debate público da política externa brasileira; violação da soberania territorial do Kuwait; atuação do Brasil em questões de segurança internacional;

tentativa de golpe de Estado de Hugo Chaves na Venezuela; gestão de crise política na Venezuela; considerações brasileira sobre intervenção no Iraque; relações entre Ministério das Relações Exteriores com outros ministérios; negociação da dívida externa brasileira; atuação de Roberto Campos no Ministério de Relações Exteriores. Arquivo 3: Atuação para redistribuição de postos em embaixadas durante Governo Collor; considerações sobre o Tribunal Internacional de Justiça; considerações sobre a política pós-Guerra Fria; considerações sobre a nova ordem global; considerações sobre o fim da URSS; considerações sobre o liberalismo; impressões sobre visões políticas de Fernando Collor; debates ideológicos nas eleição presidencial de 1989; impressões sobre relação entre Fernando Collor e Fidel Castro; considerações sobre relações entre Brasil e Cuba; considerações sobre relações entre Brasil e regimes comunistas; opinião sobre tentativa de golpe contra Gorbachov; viagem de Fernando Collor ao Japão; considerações sobre relações entre Brasil e Japão; considerações sobre relação entre Brasil e Índia; atuação diplomática na América Latina; fundação do Mercosul.

2ª Entrevista: 02.10.2014

Arquivo 1: Impressões sobre a política de abertura do país feita por Fernando Collor; impressões sobre o hermetismo do Brasil em relação ao mundo; realização do projeto presidencial de abertura do país; comentários sobre a continuidade da tradição da política externa brasileira ao longo dos anos; comentários sobre o não alinhamento brasileiro; impressões sobre a fidelidade dos governos militares à tradição da política externa brasileira; impressões sobre a escolha de Tancredo Neves por Olavo Setúbal como chanceler; posse de Sarney e posse de Abreu Sodré como chanceler; comentários sobre o estado de saúde de Abreu Sodré no momento da posse a atuação do vice-chanceler Paulo Tarso Flecha de Lima; opinião sobre a ideia de tripartição da secretaria geral do Itamaraty; comentários sobre a comunicação de Fernando Collor com a Justiça Eleitoral na época das eleições; comentários sobre simpatias e antipatias de Fernando Collor com determinados diplomatas brasileiros e suas consequências; comentários sobre a não interferência do Presidente da República no funcionamento do Itamaraty; comentários sobre tentativas de interferências no Itamaraty por parte de elementos mais periféricos do Palácio do Planalto; exemplo do caso de tentativa de retirada de nome de jornalista da lista de convidados do

Itamaraty; reprodução de apelo por autonomia do Itamaraty feito à época para colegas do Palácio do Planalto; comentários sobre as motivações que levaram Fernando Collor a o escolher para o Ministério das Relações Exteriores; comentários sobre o grande número de assessores diplomáticos de Fernando Collor; impressões sobre a atuação do então ministro Gelson Fonseca; comentários sobre o escândalo de 1989 envolvendo o Itamaraty; comentários sobre o contencioso com o Panamá; impressões sobre o interesse no Sul do então presidente norte-americano George Bush e o secretário de Estado James Baker; importância do embaixador Jório Dauster nas relações com os Estados Unidos; comentários sobre a questão da dívida e das consequências da queda do socialismo; relato sobre o medo existente que todos os investimentos e atenção internacionais fossem direcionados ao Leste Europeu no imediato pós Guerra Fria; criação do Mercosul; comentários sobre o reconhecimento da posição do Mercosul na política internacional do momento; comparação das condições do Mercosul e União Europeia; comentários sobre o objetivo principal da criação do sistema europeu contemporâneo; impressões sobre o entendimento do que é a América Latina.

Arquivo 2: Conceito de América Latina; criação da OEA; comentários sobre a problemática na adesão de alguns países ao Mercosul; comentários sobre a relação do Mercosul com a União Europeia e o Leste Europeu no início da década de 90; comentários sobre o constante diálogo com os parceiros do Mercosul; comentários sobre a celebração do Rose Garden Agreement; impressões sobre o Plano Bush em relação à sua influência na atuação do Mercosul; impressões sobre a liderança regional brasileira no início dos anos 90; comentários sobre o papel do Brasil na resolução da questão fronteiriça entre Peru e Equador; celebração do Protocolo do Rio de Janeiro; comentários sobre a questão bilateral com Portugal sobre os dentistas brasileiros lá atuantes; comentários sobre a eclosão da guerra do Iraque e do resgate dos trabalhadores brasileiros; envio do embaixador Paulo Tarso para o Iraque em negociações; apelo da empresa Mendes Junior para o resgate de seus trabalhadores; comentários sobre o vazamento de uma declaração do presidente Fernando Collor para a imprensa internacional; pedido de desculpas para o governo Iraquiano; êxito no resgate dos trabalhadores que estavam no Iraque; comentários sobre a resolução que qualifica o sionismo como uma forma de racismo; impressões sobre questões da política externa do governo Geisel; comentários sobre o voto brasileiro contra a resolução do

tratamento humanitário das vítimas de conflito do civil; comentários sobre a boa relação com Israel; contencioso com Israel sobre a prisão de mulher brasileira; impressões sobre a relação do Brasil com a África durante o governo Fernando Collor; política brasileira em relação à África do Sul; comentários sobre Nelson Mandela e a sua política; comentários sobre a presença de empresários nas viagens do chanceler a África e Irã; viagem ao Irã no fim de 1991.

Arquivo 3: Comentários sobre o apreço da opinião pública ao Itamaraty; comentários sobre o caso crítico da derrubada de um avião pela Guarda Nacional Venezuelana; comentários sobre sua retirada do Ministério das Relações Exteriores (1992); a satisfação em ministrar aulas no Instituto Rio Branco; impressões sobre a impermeabilidade política do Itamaraty; comentários sobre a nomeação recebida para o Supremo Tribunal Federal; comentários sobre o desenrolar da crise do governo Fernando Collor; comentários sobre a escolha de Fernando Collor para seu sucessor como chanceler; impressões sobre a previsão da crise por parte dos escolhidos como chanceler; realização da conferência do Rio 92; comentários sobre as dificuldades do exercício da chancelaria no ano de 1992; contatos com Fernando Collor após o processo de impeachment.

**Fundação Getúlio Vargas**

**Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**

**Projeto: O Brasil em crises internacionais**

**Entrevistado: José Francisco Rezek**

**Local: São Paulo- SP**

**Entrevistadores: Oliver Stuenkel, Guilherme Stolle Paixão e Casarões**

**Transcrição: Liris Ramos de Souza**

**Data da transcrição: 23-07-2014**

**Conferência de fidelidade: Joice Barbaresco**

**Data de conferência: 03-02-2015**

***1ª Entrevista: 24/06/2014***

**O.S.** - São Paulo, dia 24, estamos aqui com o ministro José Francisco Rezek.

**G.C.** - A gente resolveu adotar uma agenda cronológica para a conversa, e eu queria voltar ao período imediatamente anterior à sua nomeação como chanceler.

**F.R.** – Ao ano eleitoral de 89.

**G.C.** - O ano em que a democracia se consolida no Brasil, eleições complicadíssimas, aliás, do ponto de vista inclusive operacional. O senhor era tanto ministro do Supremo como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Então, o que a gente gostaria de começar a conversar: qual a conjuntura do código eleitoral e qual foi o papel do senhor nesse processo tão conturbado nas eleições de 89?

**F.R.** - Veja, eram eleições presidenciais depois de um longo hiato, o que fazia com que muitos brasileiros na faixa dos 40 anos estivessem ali votando pela primeira vez. Entre eles, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Eu não tinha ... eu tinha 16 anos na época da eleição de Jânio Quadros, e não havia, na época, aquela regra que permite o alistamento precoce. Bom, o ano de 89 foi marcado pela expectativa de um processo eleitoral brilhante. Nós tínhamos a convicção, queria falar uma palavra sobre quem compunha o eleitoral. Os três integrantes da casa pelo Supremo eram, além do presidente, o ministro Sydney Sanches e



o ministro Octavio Gallotti. Pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Bueno de Souza e o ministro Miguel Ferrante, que dá nome ao Fórum. O pai da teatróloga Glória Perez. E pela classe dos advogados, o ministro Roberto Rosas e o ministro. Aquela composição me parecia perfeita para se fazer um trabalho coordenado, sério e bastante seguro em terreno ainda pantanoso, pela falta de experiência. Tínhamos como diretor geral do tribunal o Dr. Sebastião Xavier, homem de uma competência excepcional (que morreu precocemente), e como secretário geral da presidência, o Dr. José Júlio dos Reis, dois funcionários de alta qualidade, e outros mais, Roberto Siqueira vindo de Belo Horizonte para comandar a tecnologia eleitoral, Catete Pinheiro e outros mais, todos muito qualificados. A equipe do tribunal estava extremamente bem montada naquele ano. E nos preparávamos para enfrentar as consequências da novidade que era a eleição presidencial, depois de tantos anos. O tribunal, nesse período, foi visitado por diversos candidatos, quase todos, e, seguramente, todos aqueles que contavam. Tínhamos a convicção, tínhamos consciência de que era a primeira eleição realmente livre, ecumênica e democrática da histórica do país. Quando dizíamos isso, algum curioso perguntava “Mas, como a primeira? E a do Presidente Juscelino em 1955?” Não. Naquela época, vivíamos sob uma Constituição que proibia a criação de determinados partidos políticos. Era a cláusula anticomunista da Constituição de 46 “Não serão admitidos partidos políticos que não sejam fiéis à ideia da pluralidade partidária e das vertentes” ... Enfim, uma cláusula que se concebeu na Carta de 46 para banir o Partido Comunista. Isso desapareceu com a Constituição de 88, de tal maneira que, pela primeira vez tínhamos ali a possibilidade de que todos os extratos políticos, exóticos que fossem, do pensamento político brasileiro pudessem estar representados, e o comunismo estava representado por duas candidaturas, a linha do Partidão (a linha de Moscou) e a linha de Pequim (a linha alternativa do PCdoB, do ainda subsistente PCdoB). O Partidão com Roberto Freire que era o mais, enfim, do ponto de vista do Tribunal Superior Eleitoral, um dos mais respeitáveis candidatos. Havia essa característica também no processo eleitoral, eram 22 candidatos a presidente da República, metade dos quais poderia ser considerada como exemplar pela história de cada um, pelas credenciais de cada um. Tínhamos ali Ulysses Guimarães, Mario Covas, tínhamos... Enfim, e tínhamos também alguns outros de extrema respeitabilidade, embora não esperassem muitos votos, mas por representarem idoneamente

aquilo que representavam. Era o caso de Roberto Freire, do Partidão, e o caso de Ronaldo Caiado, de um partido conservador que não me lembro qual<sup>1</sup>. Bom, e havia uma outra metade de candidatos inteiramente periféricos, que surpreenderiam se colocassem a sua candidatura à prefeitura de um município no mais distante grotão do interior brasileiro. Mas, estavam ali em função da leniência dos defeitos, ainda subsistentes, do nosso Direito Eleitoral, que permitem a criação de partidos em bases muito, muito lenientes e a apresentação de candidaturas exóticas. Havia pessoas ali que não se credenciariam à Câmara de Vereadores de Santa Rica do Sapucaí, e que estavam como candidatos a presidente da República. Um ou dois talvez... a maioria desses candidatos periféricos era constituída por pessoas boas, enfim, sonhadoras, que aspiravam a presidência da República. Mas, havia um ou dois que estavam ali sabidamente para fazer o *dirty job* em nome de outros candidatos que não o fariam diretamente. Esses foram punidos pela Justiça Eleitoral. Eu lembro que o último a ser penalizado com pena de horário era um candidato que estava com 0,001 de intenções de votos nas pesquisas. E, uma das diabruras que ele fez, já na eminência do primeiro turno, foi penitenciada com perda de tempo na tevê, mas, como ele já não tinha mais tempo a perder porque já tinha perdido tudo com punições anteriores, ficou registrado por mim que, se ele, por acaso, fosse ao segundo turno, aí essa dívida seria descontada. Estava com menos de 0,1% de intenções de voto. Então era isso. Era uma eleição em que concorriam 22 candidatos, representativos de tudo que era imaginável dentro da vasta gama do espectro político brasileiro da época, e com, pelo menos, uma metade constituída de pessoas extremamente idôneas, representativas e que, enfim... Dava para entender que aspirassem à presidência da República. Com maior chance alguns, com menor chance outros.

**O.S.-** Foi lá a sua primeira interação com o futuro presidente? Foi durante a visita dele?

**F.R. -** Ele tinha ido ao Supremo Tribunal Federal, antes do ano eleitoral, eu acredito que em 88, quem sabe, por conta de um processo dele contra os marajás de Alagoas. Ele fez algum proselitismo nesse sentido. De um governador de estado desejoso de extirpar certos padrões salariais abusivos... abusivos e desonestos. Seriam abusivos até no mais rico estado do país e eram escandalosamente abusivos num estado pobre como Alagoas. Havia ali salários, entre,

---

<sup>1</sup> Entrevistado provavelmente se refere ao PSD – Partido Social Democrático. Fonte: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1899/candidatos-1989>

digamos, juristas da Assembleia Legislativa, essa era a classe mais rica em marajás em Alagoas na época, havia pessoas que recebiam três, quatro, cinco vezes o salário do presidente da República, enfim ... E foi aí que se projetou a figura de Fernando Collor, a figura do governador de Alagoas, caçador de marajás.

Neste ano, ele fez, pelo menos uma, nem sei se duas, mas pelo menos uma visitação aos ministros do Supremo. Eu o conheci nessa ocasião. Eu já o tinha visto também, uma vez num evento social, uma homenagem ao professor Darcy Bessone, meu professor de Direito Civil.. Mas, a não ser por isso, pela visitação coletiva que ele fez ao Supremo, por conta da questão dos marajás e por um encontro social, eu o conheci, eu o vi de perto na Justiça Eleitoral, e isso se aplica a mim. Pelos demais ministros da casa na época ele foi menos visto. Ele só apareceu uma vez. Por exemplo, Leonel Brizola. Leonel Brizola, pelo menos duas vezes por mês se deslocava até Brasília, levando a sua equipe, e, entre os seus juristas, estava lá o Dr. Siqueira Castro que é hoje um advogado de grande projeção no país, e que, como tinha sido Procurador da República, era um amigo meu de muitos anos. Ia sempre Leonel Brizola, acompanhado de Siqueira Castro e de uma equipe, e nos visitava sempre com projetos, com ideias, com sugestões, muitas das quais foram aceitas, outras não. Brizola era um homem marcado por aquele caso da Proconsult numa eleição no Rio de Janeiro, em que não se tentou exatamente uma fraude, ao que eu saiba, mas tentou-se, enfim, mistificar com os números das pesquisas etc, para conseguir determinados resultados. Isso o deixou extremamente indignado e sempre muito preocupado com a questão das apurações, como se faz apuração, como se faz a divulgação, e nesse domínio das apurações, ele nos fez inúmeras sugestões, várias das quais foram aceitas. Outros nos visitaram duas, três vezes. Lula foi algumas vezes, Mario Covas foi uma vez com uma equipe grande, muito distinta, pessoas da mais alta qualidade, aqui de São Paulo, outros de Brasília também. Fernando Collor foi uma única vez, e, o que deixou registro, o que ficou na memória da casa, foi o fato de que ele foi o único a aparecer sozinho. Não trazia consigo nenhum assessor de imprensa, nenhum jurista, ele foi sozinho com um envelope pardo, um grande envelope pardo na mão. E quando nos deparamos então, ele disse: “ministro, estão alardeando que a minha campanha é dura, é grosseira, que eu estou sendo truculento. Eu queria com esse material aqui, que é material de imprensa, isso aqui são recortes de jornais e só, só, só. Um ou outro boletim de ocorrência, talvez, mas é para mostrar ao tribunal que se os outros candidatos têm queixa de mim, eu tenho queixas maiores deles,

de alguns deles pelo menos”. E ali nos recortes de jornais, retratando em vários pontos do país, enfim, alguns mal feitos eleitorais, alguns desbordamentos de conduta na campanha eleitoral, por parte de vários partidos, destacadamente do Partido dos Trabalhadores, a respeito do qual ele levou também a notícia de jornal que retratava uma agressão de petistas ao Dr. Ulysses Guimarães em Porto Alegre. Houve um comício do Dr. Ulysses Guimarães, o decano de idade, e o decano histórico dos candidatos, em que ele falando foi alvejado com objetos, enfim, nada de muito agressivo, nada que causasse derramamento de sangue, mas foi alvejado por uma claque um pouco mais exaltada do Partidos dos Trabalhadores. Isso tudo estava ali nos recortes. O tribunal tomou conhecimento daquilo, em seguida, não havia nada a fazer. O moço veio aqui apenas para dizer que não são só os outros que tem queixas dele, ele também tem queixas dos outros.

**O.S.** - Claro.

**F.R.** - Nos aproximamos da eleição... Enfim, na eminência do primeiro turno, tudo, tecnicamente, tudo, se passava da melhor maneira. A questão das urnas, a questão das cédulas, tudo se articulou sem maiores dificuldades. A respeito das cédulas, me lembro do dia em que um cavalheiro, ainda jovem, cujo nome não me recordo, mas era o presidente do partido a que pertencia Fernando Collor, Partido da Reconstrução Nacional<sup>2</sup>. Este senhor estava fazendo um apelo à Justiça Eleitoral, no sentido de que os analfabetos eram admitidos ao voto, a cédula quem sabe deveria ser com fotografia. E, quando os jornalistas me perguntaram numa coletiva se teria fotografia, eu disse “não vai haver fotografia coisa nenhuma, isso é uma eleição, não é um concurso de beleza”. Enfim, o analfabeto não é como alguns supõem, um idiota. Ele apenas não sabe com fluência ler e escrever, mas ele idêntica números, identifica letras, identifica nomes pela simples forma gráfica, ele saberá perfeitamente. Um analfabeto que sem ser obrigado a isso, vai e busca a inscrição eleitoral e deseja votar, é pessoa suficientemente esclarecida para identificar na cédula o seu candidato. Então, os problemas relativos à apuração foram todos resolvidos com facilidade. Os dois grandes problemas que explodiram na nossa mesa, de modo inesperado e alarmante, foram o caso Sílvio Santos, em seguida o caso da greve dos juízes do Maranhão. O caso Sílvio

---

<sup>2</sup> Fernando Collor de Mello saiu como candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) que alterou sua denominação para Partido Trabalhista Cristão (PTC) em 2001. Fonte: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1899/candidatos-1989>

Santos, bom, no partido a que pertencia Dr. Aureliano Chaves, houve por um momento e, por parte de alguns dos líderes desse partido, cujos nomes eu procurei não lembrar, uma tentativa de cristianizar o doutor. Cristianizar é um verbo hoje fora de moda, é uma evocação daquilo que fizeram com o Cristiano Machado nas eleições presidenciais que consagraram Getúlio Vargas no passado já distante. Mas, houve uma tentativa de mandar para escanteio o candidato Aureliano Chaves, um dos mais respeitados, ex-vice-presidente da República, e, colocar no lugar dele, o comunicador Sílvio Santos. Quando se pressentiu por algumas pesquisas de opinião que Sílvio Santos teria chances de obter uma votação expressiva. Não deu certo, os autores dessa tentativa ficaram muito desmoralizados na época, mas um outro partido se ofereceu, aparentemente, para apresentar a candidatura de Sílvio Santos a presidência da República. Chamava-se Partido Municipalista Brasileiro, e tinha até então como candidato o senhor de nome Armando Correa, que fazia lá a sua campanha, como os demais candidatos secundários, sem chance. E um dia nos aparece na mesa a notícia de que o Partido Municipalista Brasileiro requeria a substituição de candidato. Isso é possível. Até é um assunto que volta à tona nesse momento. É possível substituir o candidato do partido até um momento avançado do processo. Então o Partido Municipalista Brasileiro dizia ao tribunal, “não mais Armando Correa, o senhor Armando Correa renuncia num gesto de modéstia e desprendimento, e apresentamos como candidato Sílvio Santos”. Eu me lembro de que na reunião administrativa do tribunal, eu disse aos demais ministros, nós não merecíamos isso, a essa altura. Estávamos a duas semanas do primeiro turno. Mas aí os demais partidos, diversos deles, o PT, o PMDB, o PRM, vários partidos reunidos impugnaram a candidatura Sílvio Santos. Mas impugnaram num duplo grau de argumentação. Primeiro, impugnaram a legitimidade do próprio Partido Municipalista Brasileiro, porque descobriram lá, verificando isso e aquilo, que o partido estava em situação irregular por falta de atualização de determinados registros. E impugnaram no mérito a própria candidatura Sílvio Santos... mas, a Constituição diz com uma clareza solar, e diz há muitas e muitas décadas, sucessivas constituições dizem isso, entre as inelegibilidades está a dos dirigentes, organizadores, orientadores das empresas de comunicação de massa. Não necessariamente os proprietários, se forem, enfim, totalmente escamoteados pela telinha, mas, aqueles que estão na telinha como senhores da coisa. E é uma inelegibilidade fácil de entender, uma inelegibilidade cujas razões sociais estão ao alcance de qualquer observador. Então, os partidos reunidos impugnaram aquela candidatura; um advogado de nome Arnaldo Malheiros defendeu a

candidatura, sustentou isoladamente a posição do partido e do seu neocandidato Sílvio Santos, e o resultado foi uma decisão unânime, tomada na semana anterior ao primeiro turno. Eu tinha falado da minha intenção de não deixar, em hipótese nenhuma, que os brasileiros atravessassem o último fim de semana anterior à eleição, sem saber quem era e quem não era candidato. Então aquilo teria que ser definido. E vejam, essa acidentalidade relativa ao Partido Municipalista Brasileiro permitiu que a coisa desmoronasse ali no TSE, sem possibilidade de recurso ao Supremo. Porque se houvesse possibilidade de recurso ao Supremo, nós chegaríamos à véspera do primeiro turno sem uma definição, Sílvio Santos é candidato ou não é candidato. A questão do partido permitiu que se resolvesse o caso em bases puramente ordinárias, de legislação ordinária. Os ministros votaram. Três deles, Roberto Rosas, Sydney Sanches, e Octavio Gallotti se limitaram a dizer “está provado que o Partido Municipalista Brasileiro está em situação irregular, portanto ele não pode ... nem poderia ficar com a candidatura de Arnaldo Correia e, muito menos apresentar uma outra. Com base nisso, está excluída essa nova candidatura e ponto final”. Ponto final: a base da legislação ordinária, não é preciso mexer com a Constituição, não é preciso abrir uma válvula com recurso ao Supremo. Agora, três outros ministros que foram João Villas Boas, Miguel Ferrante e Bueno de Souza resolveram entrar também, embora desnecessário, no tema da inelegibilidade de Sílvio Santos como comunicador, como diretor de um império de comunicação de massa. Liquidada a questão por unanimidade, por seis votos, eu que não precisa votar, entendi dizer alguma coisa. E disse que o fundamental era considerar que o partido não tinha qualidade, por força de uma irregularidade nos seus registros, para apresentar candidato novo. A respeito disso, a matéria se resolvia ali mesmo, a base da lei ordinária, não abrindo nenhuma possibilidade de recurso ao Supremo. Sobre isso, a única coisa que eu tinha a dizer, para dar satisfação àqueles brasileiros que podem estar surpresos, fazendo-se essa pergunta “mas porque esse partido que até ontem era bom para sustentar a candidatura de um certo Armando Correa, hoje já não o é mais para sustentar a candidatura Sílvio Santos?” Aí eu expliquei o seguinte: a Justiça Eleitoral, embora ela tenha por delegação do Congresso algumas responsabilidades legislativas, e tenha, sobretudo, responsabilidades executivas, gerenciais, o principal continua sendo a sua função judiciária. O Tribunal Superior Eleitoral, o juiz eleitoral, em geral é, acima de tudo, juiz, e ele não pode agir *ex officio*, ele não pode sair espionando nulidades. O juiz não é um xerife. Então a pergunta: porque, até ontem, ninguém sabia que o Partido Municipalista Brasileiro estava em

situação irregular? Resposta: porque ninguém se interessava por isso, na medida que o candidato Armando Correa não parecia ser um concorrente. Quando os demais partidos prestaram atenção nesse partido, verificaram que ele estava completamente irregular e aí provocaram a justiça no sentido de que ela, exercitando uma típica função judiciária, declarasse essa impossibilidade. Agora, há também aí em homenagem, não só aos três ministros que resolveram avançar no seu ponto de vista, embora desnecessário, sobre a inelegibilidade objetiva de Sílvio Santos, Ali, em homenagem sobretudo aos brasileiros que de boa fé podem estar lamentando, gostariam de votar neste competentíssimo comunicador e não podem fazê-lo, e que podem estar aborrecidos “poxa, por uma questão cartorária...”, não, tirem o cavalo da chuva, não é isso, se não fosse a questão cartorária ele seria sim inelegível, por uma das inelegibilidades mais notórias do sistema constitucional brasileiro. É uma daquelas inelegibilidades que não desabonam, não é como a do preso, do condenado. Inelegíveis somos nós membros da casa, inelegível é o procurador geral da República. É uma inelegibilidade que a Constituição determina para garantir um mínimo de igualdade de condições entre os candidatos. E o caso Sílvio Santos é emblemático, os demais candidatos têm todas as razões para querer ver honrada a regra constitucional que não permite que alguém tire partido, tire proveito da sua condição de comunicador para, com isso, concorrer. Bom, em conversas, não sei se isso lhes interessa, mas em conversas bem íntimas entre membros da casa, nós nos dizíamos às vezes o seguinte: sim, era inexorável que isso acontecesse, mas se isso não devesse acontecer, se não houvesse essa inelegibilidade na Constituição, e se o Partido Municipalista Brasileiro estivesse em situação regular. Nós achávamos que a coisa, por um capricho do acaso, poderia ter andado melhor. Porque acreditávamos que Sílvio Santos não tiraria um único voto de Leonel Brizola, não tiraria um único voto de Mario Covas, nem de Ulysses, nem de Ronaldo Caiado, mas o efeito da candidatura Sílvio Santos teria sido devastador sobre duas candidaturas, Lula e Collor. E aí, se se pegasse o lápis e se fizesse um cálculo, que poderia estar errado, mas dividindo a soma dos votos de Collor e Lula por três, e portanto, isso significando uma perda maior para Collor do que para Lula, nós poderíamos eventualmente ver reduzida a votação dos três, de modo que se produzisse aquilo que um dos ministros chamava o segundo turno dos sonhos, Mario Covas e Leonel Brizola. Bom, isso é uma especulação intimista e totalmente fora da agenda do tribunal. O fato é que se resolveu o caso Sílvio Santos, se resolveu com o problema do partido, sem a questão constitucional ser formalmente registrada na decisão, não havia

recurso possível ao Supremo, o dr. Malheiros entendeu perfeitamente isso, e o eleitorado atravessou o último fim de semana anterior ao primeiro turno sabendo exatamente quem era e quem não era candidato. Entre o primeiro e o segundo turno, houve uma greve de juízes no Maranhão. Ou seja, a greve foi anunciada. O governador do Maranhão era Epiácio Cafeteira, aliado do então presidente José Sarney. Os juízes do Maranhão estavam se achando injustiçados e acenaram uma greve tipo greve Copa do Mundo, acenaram com uma greve oportunista. Não gostava de falar ao presidente da República sobre assunto nenhum, mas cheguei a fazê-lo na presença dos outros membros da casa. Era um pedido: “Quem sabe o senhor não fala com Epiácio Cafeteira e ele resolve esse problema salarial dos juízes”. Ele disse: “eu tive que aceitar isso como verdadeiro” que não tinha autoridade para impor nada ao governador do Maranhão. O governador achava que a pretensão dos juízes era abusiva, era oportunista, sei lá o que, e que ele não tinha como pressionar o governador. É um direito dele não pressionar o governador. Eu estava programado para ir a um programa matinal, esses programas que obrigam a gente a se levantar às cinco da manhã, havia o da *Globo* e o *Manchete*, o da *TV Manchete*, que era conduzido pela jornalista Denise Madueiro, em Brasília. E eu estava programado para ir, e alta noite, na véspera, recebi o telegrama do desembargador, que presidia a associação dos juízes do Maranhão, me dando notícia de que haviam deflagrado a greve, estavam em greve. O que significava não ia haver segundo turno no Maranhão, conseqüentemente, o segundo turno foi-se embora, saiu pelo ralo, não ia haver segundo. Se um dos estados falha, o sistema todo falha. Eu contei à Denise, uma amiga minha, como vários jornalistas na época, eu contei a ela que tinha recebido o telegrama, mas sugeri o seguinte, vamos proceder como se não tivesse recebido. Coloque a coisa ainda como uma possibilidade. E assim ela fez. “Ministro, os juízes do Maranhão estão anunciando uma greve a qualquer momento, se houver essa greve, por conta das pendências salariais deles lá com o governador, se houver essa greve, não há segundo turno no estado e o processo todo se compromete”, eu falei “Denise, eu não acredito que isso vai acontecer, os juízes do Maranhão tem consciência do seu dever”, ela falou “sim, mas pode acontecer, o que o senhor fará neste caso?”, eu disse “eu insisto, eu não creio que isso vá acontecer, eles sabem quais seriam as conseqüências de um movimento assim, de como isso os deixaria perante o Brasil inteiro. Não farão isso”. Aí ela insistiu, foi uma coisa muito habilidosa “mas o senhor tem obrigação de saber o que faria se por acaso deflagrarem a greve”. Ela disse sabendo que eu já tinha recebido. “Muito bem, se deflagrarem a greve, Denise, o insólito responde-se com o insólito.



Nada na Constituição, nas leis da República, autoriza a greve de juízes, se entretanto, fizerem isso, sabendo das consequências, eu simplesmente os dispensei das tarefas eleitorais e convoco os juízes federais e juízes do trabalho no Maranhão para realizarem esse serviço. E digo mais, se não fosse suficiente, eu convocaria advogados militantes e os investiria na função de juízes eleitorais, e digo mais ainda, se ainda esses não fossem suficientes eu convocaria costureiras, agricultores, jardineiros, e os investiria na função de juízes eleitorais, o povo maranhense confiará mais neles do que em juízes que desertam da toga numa hora como essas por conta de uma pendente salarial com o governador do estado”. A coisa foi fulminante. Nunca juízes neste país tinham ouvido um recado nesse tom, nunca, nunca, nem no Maranhão, nem em parte alguma neste país. Antes do almoço, eu recebi o telegrama dizendo que não havia mais greve, o segundo turno estava garantido, mas como isso custou uma decisão da direção da Associação dos Magistrados, uma hora crítica para toda a classe, eles esperavam que esse gesto de boa vontade fosse retribuído mais tarde com a simpatia do Tribunal Eleitoral para com a causa salarial dos juízes do Maranhão e assim por diante. E a questão se resolveu. E foi o segundo e único incidente grave que nos preocupou. No mais, nas apurações não houve nada, nada que aborrecesse. Sim, a *TV Globo* atravessando o noticiário oficial, indo lá recolher resultados, armando toda a rede de que ela dispõe para obter resultados e divulgá-los antes; até que ela pisou no freio quando viu que as coisas estavam um tanto equilibradas. Querendo evitar aborrecimentos, a *TV Globo* pisou no freio e os últimos resultados foram todos os oficiais divulgados pela Justiça Eleitoral em Brasília. Mas isso não chegou a ser um problema.

Era uma questão, uma questão de comunicação.

**O.S.** - Certo

**G. C** - Quando houve a legada manipulação do debate, do último debate que aconteceu na antevéspera do segundo turno, houve, entre o dia 15 e o dia 17 de dezembro, algum tipo de mobilização por parte do PT pedindo algum direito de resposta, alguma coisa que chegou na sua mesa?

**F.R.** - Alguns elementos, alguns elementos. Entre eles, eu citarei um nome, um jornalista de nome Ricardo Kotscho. Divulgaram, anos depois, a versão de que tinha havido um pedido de

direito de resposta, que o tribunal ou que o presidente do tribunal rejeitou. Não, não, não. A memória dessas pessoas é totalmente turva. O pedido de resposta, o pedido de exercício de direito de resposta, o direito de resposta se exerce contra o outro candidato. Em direito eleitoral é contra o outro candidato. Pode ser, eventualmente, contra um meio de comunicação, por conta de alguma mensagem editorial ofensiva, caluniosa ou algo do gênero. O último pedido de direito de resposta que o PT formulou e que foi atendido, com a concessão de cinco minutos, o que em televisão é uma eternidade. O tribunal deu a Lula cinco minutos de tevê, como direito de resposta à inserção do episódio Miriam Cordeiro na propaganda Collor. Ou seja, um dos encarregados, um dos elementos da tropa de choque da campanha Collor, havia descoberto a questão Miriam Cordeiro. Uma moça apareceu no programa da propaganda Collor, falando de um episódio familiar já antigo, aquilo nos pareceu extremamente agressivo, inapropriado, e demos o direito, foi o maior direito de resposta concedido durante toda a campanha. Cinco minutos, que Lula, por sinal, usou mal. Ele não foi preparado para tirar proveito desse tempo precioso que recebeu. Mas foi só. A questão do debate, o Partido dos Trabalhadores tinha advogados excelentes, comandados na época por ninguém menos que o prof. Plínio de Arruda Sampaio, e havia outros, o próprio candidato à vice, José Paulo Bisol, jurista consagrado. E, até na juventude petista, havia conhecedores profundos do direito eleitoral e da jurisprudência da casa. Todos esses sabiam que não existe direito de resposta contra a maneira do noticiário de uma determinada emissora veicular um debate. O argumento era esse, “ah, meu Deus, a rede *Globo* foi desonesta, ela selecionou os melhores momentos de Fernando Collor e os piores momentos de Lula e jogou isso no *Jornal Nacional*”. Houve quem dissesse que era verdadeiro, mas outras emissoras fizeram o contrário, a diferença estava apenas no fato de que a *Globo* tem mais audiência que essa ou aquela outra. Bom, mas ainda que rigorosamente verdadeiro, contra isso não existe direito de resposta. Qual seria a resposta? Vamos editar um novo *Jornal Nacional* com data retroativa, no qual selecionaremos no debate os melhores momentos de Lula e os piores momentos de Collor? Não ... A coisa era surreal, e porque era surreal, não foi feita. Não houve nada, ao contrário do que alguns boquirrotos divulgaram, e não divulgaram na hora, divulgaram anos mais tarde, tirando isso da cabeça deles. Nunca houve o pedido de resposta contra a maneira pela qual foi ao ar o *Jornal Nacional*, no dia seguinte ao debate.

**O.S.** - Ótimo. Vamos ao Itamaraty?

**G.C.** - Sim, Sim

**[FINAL DO ARQUIVO 01]**

**O.S.** - Começando um pouco antes da sua entrada no Itamaraty, qual foi sua relação com política externa antes de assumir o cargo de chanceler, qual foi o papel da política externa no seu pensamento, na sua vida, etc?

**F.R.** – Eu me doutorei em Direito Internacional Público pela Sorbonne, eu escrevi a respeito do Direito Internacional em várias ocasiões, e nessa qualidade, na de professor de Direito Internacional e de Direito Constitucional, eu tive, àquela altura, metade do Itamaraty nas minhas salas de aula. E fui professor do Instituto Rio Branco desde a mudança para Brasília.

**O.S.** - Inclusive o atual chanceler...

**F.R.** - Ah, sim, o Figueiredo foi meu aluno. O Patriota é da última geração do Rio de Janeiro, mas, o atual chanceler foi meu aluno da segunda ou terceira turma de Brasília. E, além disso, examinei as teses do curso de Altos Estudos, aquilo que eles têm que fazer quando aspiram a promoção de conselheiro a ministro de segunda classe. Então, todos ali eram meus amigos, eram meus ex-alunos ou ex-examinados desse curso de Altos Estudos. O meu conhecimento da casa e até mesmo da problemática administrativa da casa, era profundo. Dificilmente você encontraria fora do Itamaraty alguém que conhecesse a casa melhor do que eu a conhecia. Por força dessa convivência, que remontava à época, quando eu fui representando o Ministério, minha carreira de concurso, de procurador da República. Uma vez, como procurador da República alias, em três anos consecutivos eu fui a Genebra na produção daqueles tratados, aqueles protocolos adicionais às convenções de Genebra sobre o direito humanitário, aplicável à guerra. Foi lá que eu conheci o então embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, que, depois viria a ser o vice-chanceler do chanceler Silveira, no governo Geisel. Nessa época, sob o chanceler Azeredo da Silveira ainda, o Instituto Rio Branco se deslocou do Rio de Janeiro para Brasília. E nenhum daqueles professores cariocas, essencialmente cariocas do Instituto

Rio Branco, entre os quais o meu mestre Haroldo Valladão e tantos outros, nenhum deles se interessou por deslocar-se para o Planalto Goiano, e o Instituto Rio Branco teve que recompor seu corpo docente. Foi nessa ocasião que, por inspiração do embaixador Guerreiro, eu fui convidado a dar Teoria Geral do Direito e Direito Internacional Público. Isso foi o fator de aceleração da convivência com a casa. Mas, não, em torno estritamente da questão da política externa, eu não era um autor, não havia escrito sobre isso, era mais um jurista da diplomacia e um amigo da casa do que um formulador de política externa.

**G.C.-** O senhor foi nomeado ministro de Estado em 13 de março

**F.R. -** Sim.

**G .-** Dois dias antes da posse do presidente.

**F.R. -** Sim

**G.C.-** Talvez tenha sido um dos últimos nomes a terem sido divulgados.

**F.R. -** Eu creio que sim.

**G.C. -** Houve alguma surpresa por sua parte em função da nomeação, ela já era antecipada?

**F.R.** O contato foi feito pelo embaixador Marcos Coimbra, cunhado do presidente eleito, e diplomata ele mesmo de carreira (tinha sido embaixador na Grécia nos anos mais recentes). O embaixador Coimbra me telefona, perguntando se poderia ir a minha casa no final da tarde, no início da noite. Isso cinco ou seis dias antes. A minha casa era um apartamento naquele prédio onde só moravam os ministros do Supremo. Ele foi. E disse que o presidente, enfim, ele disse aquilo que era mais ou menos notório. O presidente tinha sido eleito, com brilho, com 40 milhões de votos, e, no entanto, não tinha um partido, a agremiação partidária que o apresentou não era exatamente um partido como os outros. E não tinha uma equipe completa, a não ser pelo seu círculo íntimo que atenderia a certas funções palacianas, e dependia, então, de que pessoas qualificadas aceitassem. Ozires Silva havia aceito o Ministério da Infraestrutura, José Goldemberg a área de Ciência e Tecnologia, o prof. Lutzenberger tinha aceito a questão Ambiental, Bernardo Cabral, um velho amigo meu, havia aceito naturalmente... esse era mais ligado ao presidente, não era do partido, mas... Bernardo Cabral

havia aceito o Ministério da Justiça, e o presidente queria muito que eu aceitasse a Chancelaria do Brasil, pelos meus laços com a casa, por tais e tais razões, embora sabedor de que isso significaria para mim a renúncia ao cargo de ministro, na iminência de ser o presidente do Supremo, com 46 anos. Eu falei “embaixador, é uma situação difícil, eu teria que sair do Supremo numa renúncia total a minha carreira na função pública, é uma aventura de altíssimo risco, mas enfim, o senhor coloca a coisa de um modo que, enfim...” o argumento “ele foi eleito com 40 milhões de votos, ele precisa governar, ele não tem equipe, se o senhor diz não, se outros houvessem dito não, se outros no futuro disserem não, ele vai governar com seu círculo pessoal de amizades?” Enfim, era uma pressão muito forte. Aquela mesma noite eu visitei alguns amigos, entre outros, o ministro Leitão de Abreu, já aposentado no Supremo, e o então presidente do Supremo, Néri da Silveira e ouvi outros por telefone, Oscar Corrêa, que se encontrava no Rio, Célio Borja que estava em Brasília, meu vizinho de porta e meu vizinho nas sessões do Supremo. As opiniões foram muito divididas, porque alguns me disseram firme, “você não pode recusar, você não pode recusar. Você não vai recusar por medo, você tem medo de perder salário, de perder vitaliciedade, você acha por acaso que o destino vai ser cruel consigo, e não haverá... ainda que isso tudo desmorone amanhã, você acha que vai ficar embaixo do viaduto?” Insistiu muito, e me lisonjeavam muito com o tipo de argumento que usavam. Outros foram mais cautelosos, o ministro Leitão de Abreu disse “isso é boníssimo para eles: você aceitar, a questão é saber se é bom para você”. Oscar Corrêa disse mais ou menos a mesma coisa. E aí a minha família era toda contra, toda contra. Mas, acabei me convencendo que se dissesse não, ficaria com a eterna impressão de que fiz por medo, por medo da aventura, por medo do desafio, por amor à estabilidade, por amor à vitaliciedade, por amor ao meu salário. Na época, o ministro do Supremo ganhava visivelmente mais do que o ministro de estado, coisa que hoje não acontece mais. Mas, na época, havia até um descompasso salarial. E o que eu disse a mim mesmo na hora de aceitar foi o seguinte, teria sido tão melhor se isso não acontecesse, mas, já que aconteceu, vai ser pior se eu disser não.

**O.S.** - A questão da visão de mundo do presidente eleito teve algum papel? O senhor se preocupava, por exemplo, que a visão de mundo do presidente poderia ser outra daquela do senhor?

**F.R.** - As pistas que ele dava eram todas positivas. Eram absolutamente incompletas. Ele se preocupava com algo que... ninguém aqui é de uma geração que soube, como a minha geração e as anteriores, como era difícil ser brasileiro. Para sair desse país falava-se e fala-se ainda hoje como é difícil de sair de certas ditaduras. Isso aqui não era teoricamente uma ditadura. Mas era incrível ser brasileiro por tudo aquilo que nos impunham. Um estudante, bolsista teria que passar por uma via crucis perante o imposto de renda para demonstrar que podia sair do país. Não era possível remeter dinheiro, receber dinheiro, não havia como, enfim, nem mesmo para a alta burguesia, não havia como circular com desenvoltura, importar, exportar, comunicar-se com o exterior, dar sinal de presença lá fora. E, para a classe média, e para os estudantes, sobretudo, era um calvário. A condição de brasileiro era uma condenação. E Fernando Collor tinha uma visão extremamente crítica desse fenômeno. E falava na abertura, abertura do mercado, na abertura comercial, importação, exportação, comércio e essa era a mais positiva das pistas que ele dava. Além do que, ele era, e aí já não sei se conscientemente ou não, rigorosamente fiel a uma linha macro política de não alinhamento, que é da melhor tradição brasileira. Ou seja, não somos lacaios do Departamento de Estado norte-americano. Nunca daremos os vexames que alguns vizinhos nossos já deram em momentos vários da sua história, que alguns países lá da Europa Ocidental já deram e que outros dão cronicamente. Não, nunca. Mas, por outro lado, não seremos hostis. Não há razão nenhuma para hostilidade. Isso ele pensava, e justiça seja feita, ele honrou, nunca se indispondo com a política externa norte-americana, mas também nunca se submeteu a nenhuma diretriz, a nossa vertente. Podemos combinar essas duas coisas. Uma abertura bem à ocidental contemporânea, mas um desenvolvimento intenso da frente africana. Poucas vezes, como no governo Collor se prestigiou tanto a vertente africana da nossa política externa e a aproximação com outras coisas que o Departamento do Estado americano hostilizava. Mas, a nós pouco, importava. Por exemplo, o Irã, as visitas feitas, a minha a Teerã com um grupo imenso de empresários, e a visita do chanceler Velayat ao Brasil, enfim, foi realmente uma política externa independente no sentido da verticalidade da espinha dorsal. Isso o Collor já anunciava, com mais profunda ou menos profunda consciência daquilo que fazia, mas as palavras dele quando falava na política externa a ser desenvolvida pelo Brasil, já prenunciavam isso. Tanto que, quando do impeachment, eu já não estava, seis meses antes, eu já havia saído. Mas quando do impeachment, da substituição de Collor pelo vice-presidente Itamar Franco, meu coestadano e amigo fidelíssimo. A devoção que tenho

por Itamar Franco é incalculável, mas, a vertente política dele era extremamente bitolada. Ele era de um nacionalismo exacerbado, um tanto à antiga, e seria mais difícil fazer política externa de Itamar do que de Collor, não há dúvida nenhuma. Uma coisa são os laços do coração, outra coisa são os laços profissionais de afinidade ou não, com a tendência de determinado estadista ao qual você se subordina num determinado momento da vida. Por maior que fosse a minha amizade por Itamar Franco, eu teria encontrado dificuldade em fazer política externa sob o governo dele.

**G. C.** - Esse mesmo nacionalismo do presidente Itamar era notado pelo senhor entre os membros da diplomacia? Porque a gente tem uma tradição nacionalista, nacional desenvolvimentista muito forte no Itamaraty, que transparece até o final da década de 80. Se não me engano, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima era um dos poucos que, como Secretário-Geral do Itamaraty, falava em abertura.

**F.R.-** Sim

**G.C.** - Quando a opinião majoritária parecia ser o protecionismo, a lei da informática, aquelas questões que pautavam a agenda brasileira até o fim da década de 80. O senhor quando chega ao Itamaraty nota, entre os diplomatas, uma resistência a essa abertura para o mundo da maneira como foi feito?

**F.R.** - Não, não. Não, porque o essencial no espírito itamaratiano é o não alinhamento, é o que chamam numa metáfora conhecida como a verticalidade da espinha dorsal. A questão, enfim, essa oposição entre o estilo Collor e o estilo Itamar entra num domínio mais epidérmico. Isso não é uma coisa que deva ser levada tão a sério. Isso não é a base da política externa brasileira. Há sim, divergências entre as visões itamaratianas da abertura maior ou abertura menor. Nacionalismo maior ou nacionalismo menor. Mas, os itamaratianos todos tem consciência de que eles se diferenciam nisso como se diferenciam em algumas questões de protocolo. Isto não desafia, isso não arranha a profunda unidade que existe na casa, sobre a definição dos objetivos nacionais permanentes e a linha de conduta a adotar frente às diversas influências e pressões que nos vêm de fora, como vêm sobre qualquer país na nossa condição, e às quais resistimos bravamente sobre todos os regimes, veja bem, sobre todos os regimes.

Nesse particular, é preciso notar que não há muita diferença entre João Goulart e Ernesto Geisel.

**O.S.** - Certo. Queria só voltar para uma questão. Antes da sua entrada, havia críticos que diziam que o senhor abusou talvez da sua autoridade durante a eleição, depois recebeu esse cargo, alguma coisa assim, havia esse tipo de coisa, não?

**F.R.** - Não, não. Leonel Brizola, de quem eu me considerava amigo e mais tarde essa amizade se desenvolveu ainda mais, mas naquele momento ele se sentiu no dever de dizer, não diretamente, mas através de alguns porta-vozes, Vivaldo Barbosa, Brandão Monteiro, e outros, que não ficava bem, que isso tinha sido decepcionante etc. Agora, ninguém, a não ser numa faixa extremamente primitiva de análise, ninguém falou em prêmio, nem achava que sair do STF, na iminência de assumir a presidência da casa, para embarcar numa nau sem rumo certo, fosse algum prêmio. A ideia de prêmio foi extremamente rasteira e ela não promanou de ninguém que se identifique como idôneo para opinar. Sim, a crítica veio sobretudo... E veja bem, não do PT, não de Lula, isso aconteceria anos mais tarde, mediante um requentamento inexplicável da história, mas veio de Leonel Brizola, que era o mais próximo de mim entre os candidatos.

**G. C.** - Quem faz menção a isso, se não me engano, entre o dia da nomeação e o dia da posse, é o jornalista Gilberto Dimenstein.

**F.R.-** Sim, Gilberto.

**G.C.-** Em um artigo curtíssimo de opinião na *Folha de São Paulo*, que ele diz, ele usa a metáfora de mulher de César.

**F.R.** – É, usa, usa sim.

**G.C.** - A questão é um dilema, no fundo, aceitar ou não.

**F.R.-** É verdade

**G.C.-** ...embora possa não ter nada a ver com nenhum processo anterior... ela pode soar...



**F.R.** - Mas abre espaço, aqui... Aliás, ele disse, o Gilberto Dimenstein, que é um bom amigo meu, e um dos jornalistas mais respeitados no país. Gilberto Dimenstein abre esse artigo dizendo que ele tinha tido uma conversa com Cláudio Lembo, ex-governador de São Paulo, e o próprio Cláudio Lembo, uma pessoa insuspeita de virulência ou maledicência, tinha dito “de fato, surpreendeu, não fica bem, enfim, presidiu o processo eleitoral, agora integra o governo do vitorioso”, e com todo mundo sabendo que eu não havia votado em Fernando Collor nem no primeiro nem no segundo turno. Os meus votos transpareceram na hora como de outros ministros também, Néri da Silveira, enfim. Como de toda família, nós votamos todos, maciçamente... Não, no primeiro turno, quase todos em Mario Covas, alguns em Leonel Brizola, e no segundo turno todos em Lula. Muito a contragosto, a maioria, mas por eliminação. Um notável jornalista, o mais próximo do Supremo Tribunal Federal, que é Luiz Orlando Carneiro, do *JB*, na época, já tinha os resultados do primeiro turno, numa visita que me fez ele falou “que situação chata, que situação desagradável, o negócio agora é fechar os olhos e votar em Collor”. Eu falei: “eu acho que vou votar em Lula, de olhos fechados, é claro, mas acho que voto em Lula”. Enfim, foi um voto a contragosto. Mas foi um voto em Lula. Nunca se repetiu, não faria isso duas vezes. Mas enfim, de fato, na época, me aborreceu, mas mesmo assim eu não me arrependo. O que eu lamento foi o rumo que o governo tomou e por razões, que não tinham a ver com essencial. Collor não conseguiu aquilo que se conseguiria mais tarde sob Itamar Franco, dar ao país moeda. No governo dele, o processo inflacionário, apesar daquele bloqueio dos ativos financeiros da primeira hora, aquilo não adiantou nada, nada, indisps 60% dos brasileiros com o governo e não adiantou rigorosamente nada porque o galope inflacionário... embora não tão intenso quanto sob José Sarney, mas continuou, não se resolveu o problema fundamental da inflação. Não se realizou a conquista de dar ao país, um país até então sem moeda, dar ao país moeda. Mas, no mais, as coisas foram bem feitas, a questão da comunicação com o exterior, a questão da abertura. E por uma questão, um problema de estilo, do chamado estilo imperial, de uma relativa escassez de escrúpulos, o governo foi por água abaixo: deu-se o primeiro impeachment num regime presidencialista da história e foi um desfecho triste. Agora, eu saí na reforma ministerial, fui novamente indicado ao Supremo, aprovado pelo Senado.

**G.C.** Então, houve uma nova indicação no processo.

**F.R.** – Sim.

**O.S.** - Foi licenciado, realmente, saiu...

**F.R.** – Não, não exatamente. Eu saí renunciando. Mas aí, como eu tinha idade ainda própria e nenhum impedimento eu fui pela segunda vez, um caso único, aconteceu nos Estados Unidos da América, no Brasil um caso único. Pela segunda vez indicado ao Supremo, sabatinado, aprovado pelo Senado e nomeado.

**G.C.** - Por iniciativa do próprio presidente?

**F.R.** - Por iniciativa sim, a indicação é do presidente. E há um fato que eu, enfim, que me dá prazer lembrar: a resistência no Senado, os votos contra, isso não veio do Partido dos Trabalhadores, muito menos do PDT de Leonel Brizola, que eu tinha de novo como um amigo naquela época, isso veio de próceres pemedebistas, próximos de José Sarney, por qual razão? Sei lá. Alguns até de Minas Gerais. Por qual razão? Nunca, nunca, eu me interessei por saber, mas eu gosto de lembrar que os votos contrários vieram do PMDB de José Sarney. Não de Pedro Simon, que era um grande amigo meu, mas de uma ala pemedebista próxima do ex-presidente da República.

**O.S.** - Fala-se muito da importância para a política externa da relação entre o presidente e o chanceler.

**F.R.**- Sim.

**O.S.** - A relação entre o Fernando Henrique e o Lampreia foi muito íntima. Também, forte a relação entre o Lula e o Celso Amorim, qual foi a sua relação com o presidente, havia uma interação direta?

**F.R.** - Ele era extremamente respeitoso. Eu tinha despachos regulares com ele, conversava muito. Um jornalista publicou uma vez que ele estava tomando aulas de Direito comigo, porque as conversas às vezes tomavam esse rumo, ele procurava saber alguma coisa sobre certas questões constitucionais. Agora, eu nunca quis integrar o chamado círculo íntimo, com aspectos, assim, família. Por exemplo, eu nunca fui à chamada Casa da Dinda, eu nunca encontrei Fernando Collor nos dois anos e pouco em que fui ministro fora do gabinete de trabalho dele e de ambientes de trabalho. Houve uma ou duas vezes em que ele despachou do Itamaraty. Uma das vezes por ocasião da visita de Bush pai. Bush pai, quando entrou no

gabinete do chanceler, olhou, com o Collor ao lado e disse “eu nunca vi um gabinete de trabalho tão bonito quanto esse. O salão oval não chega perto disso”. Aliás, o gabinete presidencial do Palácio do Planalto também não chega perto. O gabinete do chanceler, que é uma sala quadrada, imensa, com algumas obras de Frans Post, com uma obra, supostamente, de Camille Claudel, embora atribuída a Rodin, mas alguns visitantes franceses disseram que aquela escultura da Eterna Primavera, uma versão do Beijo, é provavelmente de Camille Claudel, assumida e assinada por ele. É um gabinete muito bonito, enfim. Mas os lugares em que encontrei Fernando Collor, foram só lugares de trabalho. E sempre em entendimento com o meu vice que, era o embaixador Marcos Azambuja, um homem de extrema lucidez, uma das cabeças mais luminosas que o país já produziu, tentávamos de algum modo neutralizar, pelo menos no que tinha a ver com o Itamaraty, as más influências que o presidente da República poderia sofrer do seu círculo íntimo, do seu círculo familiar. Se querem uma confidência, um projeto de viagem de Estado à Índia, foi cancelado, e no Itamaraty, tomamos as devidas providências para fazer com que o presidente Fernando Collor desistisse da viagem à Índia. Porque acreditávamos que a relação custo benefício não a justificava. Mais importante para nós, viria a ser mais ainda com o passar do tempo, mas o ritual, a liturgia dessa visita nos preocupava, quase que nos alarmava, quando imaginávamos o tamanho da comitiva que o presidente da República seria quase que forçado a levar, e quando imaginávamos certas senhoras da comitiva montadas em elefantes, enfim, o embaixador Azambuja ficava alarmado de pensar nisso, e me contagiou com essa justificada preocupação. Cancelamos a viagem à Índia, preferindo sempre destinos mais espartanos, no sentido que a comitiva seria menor. Aliás, essa foi uma das marcas do comportamento da chancelaria durante esse período. O chanceler nem deixou a sala de aula, no Instituto Rio Branco e na UNB, nem tampouco... Enfim, a despesa foi mínima, a verba secreta... É divertido falar sobre coisas aparentemente sigilosas. Mas, eu a essa altura da vida não tenho nada a esconder. Uma única vez a verba secreta foi usada para pôr nas mãos do embaixador Flecha de Lima, então, ex-secretário geral e embaixador em Londres, foi para pôr nas mãos dele a quantia risível de 50 mil dólares, para as despesas dele na ida à Bagdá, para libertar os brasileiros. Esse dinheiro serviu até para pagar querosene do avião que o trouxe, já que os pilotos iraquianos exigiram que, embora não estivesse combinado, o abastecimento em Dakar ou em uma escala qualquer, fosse pago pelo embaixador. E o embaixador Azambuja já lembrava, em inúmeros governos, a verba secreta é usada até para encomendar assassinatos, atos de terrorismo, de

banditismo de Estado etc, “nossa verba secreta, intacta até hoje, vai ser tangida pela primeira vez para se tirar daí a bagatela de 50 mil dólares, para por nas mãos do embaixador que vai lá libertar os trabalhadores brasileiros da Mendes Júnior que estão lá”.

**G.C.** – Isso ... Eu tenho duas perguntas sobre o embaixador Paulo Tarso. A primeira delas, eu ouvi pessoalmente dele, que ele disse isso abertamente numa reunião de trabalho no Itamaraty, que a missão do Iraque para libertar os trabalhadores da Mendes Júnior não foi feita para dar certo. Ele se ressentiu disso, acha que foi enviado numa missão impossível.

**F.R.** - Aí que ele se engana, aí que ele se engana. A missão deu certo. Eu não sei se isso é autolisonja, se ele está querendo dizer que a missão foi feita para não dar certo, mas mesmo assim a minha galhardia... Não. Talvez, a intenção daqueles que no Palácio do Planalto sugeriram que o embaixador Paulo Tarso fosse acionado, não fosse boa. Eles eram, nomeadamente, Marcos Coimbra, embaixador, cunhado do presidente, e Pedro Paulo Leoni Ramos, o homem da Secretaria de Assuntos Estratégicos, sucessora do SNI. Mas enfim, a mim, se dirigiram perguntando se não cogitava da conveniência de mandar o embaixador Paulo Tarso para resolver essa situação, já que ela exigia um peso pesado. E tinham toda razão, ao dizer que isso exigia um peso pesado. E no caso aí, um peso pesado diretamente envolvido na relação bilateral com o Iraque. Eu conversei com o embaixador Azambuja e com outros membros do gabinete na época, e todos achavam que era uma boníssima ideia. Nisso, certamente o embaixador Paulo Tarso se refere às possíveis intenções íntimas de alguns dos proponentes da ideia, mas não a missão em si. Porque aquilo que nós sabíamos, ele sabia melhor que ninguém, Paulo Tarso Flecha de Lima não veio ao mundo para dizer a ninguém “fiz o melhor de mim, mas não deu certo”. Essas palavras jamais atravessariam aquela garganta. Ele é um homem de resultados. O que ele faz, dá certo. E nós sabíamos perfeitamente disso. Quer dizer, nós no Itamaraty, contrariando talvez outras opiniões, mas sabíamos perfeitamente disso, que mandá-lo para lá, ainda que com uma bagatela nas mãos, não dava para subornar ninguém para obter o retorno dos trabalhadores brasileiros.

**G.C.** - E com relação a ele, falamos do Dimenstein. O Dimenstein publicou em 89 um livro chamado *Conexão Cabo Frio*, que ele faz um relato extenso sobre problemas de corrupção dentro do Itamaraty.

**F.R.** - Isso eu sempre soube. Dimenstein não gostava do Paulo Tarso. Enfim, tinha uma visão crítica severa do embaixador Paulo Tarso. Ele nunca me escondeu isso, ele, Dimenstein. Como eram temas que realmente não tinham a ver com aquele momento, tinham a ver com o passado, e já não afetavam de nenhum modo aquele momento, preferia abstrair isso. Mas eu tenho consciência de que Gilberto Dimenstein tinha uma visão crítica severa do embaixador Paulo Tarso, por acontecimentos anteriores àquela gestão, por acontecimentos do período em que realmente Paulo Tarso era o vice-chanceler e era quem comandava a casa.

**G.C.** - Chanceler de fato.

**F.R.**- É.

**G.C.** - Mas isso não teve ligação nenhuma, por exemplo, com a maneira como o Collor endereçou o Itamaraty desde o princípio? Quer dizer, o Collor estava ciente dessas informações ou não necessariamente?

**F.R.** - Não creio. Talvez o presidente Fernando Collor, e aí mediante ponderações que devem ter vindo do embaixador Coimbra, talvez de outra pessoa, tivesse, eu acredito ... É uma hipótese, mas uma hipótese bem provável, que Collor tenha sido alertado, em momento anterior ou talvez bem anterior à posse, para o fato de que era notório que o vice-chanceler, assumia a gerência da casa durante o período do chanceler Abreu Sodré, uma figura excepcionalmente respeitada no país todo, mas, que isso não era bom que continuasse. Como se os amigos mais íntimos de Fernando Collor dessem a ele esse recado: “olha, não deixa acontecer na sua gestão, o que acontecia até agora, de o vice-chanceler gerenciar mais do que o próprio chanceler, não deixa que aconteça uma continuidade. De preferência não escolha um chanceler da própria casa e vinculada a essa ou aquela corrente”. Eu acredito que esse tipo de conselho, é fortemente provável que Collor tenha ouvido.

**G. C.** - E o senhor acha que isso foi o que motivou o presidente Collor a revisar a tripartição, polêmica aliás, da Secretaria Geral, assim que ele assumiu?

**F.R.** - Não tenho dúvida, não tenho dúvida. O vice-chanceler deixou de ser um só, eram três.

**G.C.** - Essa decisão teve a ver com o senhor... O senhor estava ciente dela ou foi tomada...?

**F.R.** - Não, não, isso eu recebi pronto.

**O.S.** - Isso foi logo no início.

**G. C.** - Foi uma das primeiras coisas.

**F.R.** – É.

**O.S.** - Certo.

**G.C.** - Quem me relatou isso foi o secretário da administração federal do governo Collor, João Santana. E ele me disse que a tripartição foi realizada por questões... ele até menciona textualmente, questões meramente técnicas. Parece que houve aí, dentro da reforma do Estado, uma visão. Mas então o senhor acha que isso pode ter a ver com esse conselho que o presidente Collor...

**F.R.** - Eu tenho convicção disso, não foi algo meramente técnico. Sim, a ‘desindividualização’ da vice-chancelaria era um propósito político e, a meu ver, eu encarei aquilo sem muita surpresa e, sobretudo, sem nenhum aborrecimento. Sobretudo porque isso me deu a ocasião de escolher Marcos Azambuja como secretário geral de política exterior, Eduardo Hosana como secretário geral de administração, e Jorge Carlos Ribeiro, notável diplomata, como secretário geral de controle. Isso tinha alguns efeitos cerimoniais engraçados. Por exemplo, o chefe do gabinete, que era o embaixador José Nogueira Filho; devo dizer que, havendo o Dia do Diplomata, o primeiro dia do diplomata, 28 de abril, em que se distribuem as comendas da Ordem de Rio Branco, havia uma questão de saber qual era dos três secretários gerais, qual era que ficaria ao lado do chanceler, porque, em princípio, o principal dos secretários gerais é o de política exterior, mas o embaixador Hosana entende que essa questão da Ordem de Rio Branco, não é de política exterior, é uma questão administrativa e, portanto é ele como secretário... e como de fato ficou. Aliás, eu pus os três, mas o embaixador Hosana numa posição de preeminência sobre os outros dois. Acontecia isso, mesmo numa casa onde o cerimonial, a liturgia é muito importante, é preciso resolver problemas e não criá-los nesse domínio. E, não é difícil resolver.

**O.S.** - Como foi durante essa época, durante dois anos como chanceler, o debate público, o debate doméstico em relação à política externa? Qual foi a interpretação geral, no seu ponto

de vista, dos jornalistas etc. A gente passou pela transformação, o colapso União Soviética, a inflação, etc, e aí o senhor entra e, comparado com hoje, por exemplo, a política externa é um tema constante no debate público?

**F.R.** - Naquela época, ou por obra do acaso ou por obra da sorte ou porque sistematicamente sintonizássemos com pensamento amplamente majoritário da sociedade brasileira, nunca enfrentamos essa questão no Itamaraty, a questão de saber a que setor da sociedade daremos satisfação. Esse problema hoje é grave. Naquela época, mercê de Deus, não aconteceu. Em tudo tínhamos o aplauso. A questão do Iraque, a não participação, a preservação... Sim, houve uma violação da soberania territorial do Kuwait, o Conselho de Segurança da ONU condena isso, e por conta dessa condenação, o conselho autoriza aqueles países que, por razões geopolíticas, se entendem obrigados a fazê-la, que empreendam uma campanha militar. Nós não temos nada com isso. Nem que participar, nem que nos solidarizar com qualquer coisa. Apenas não temos que dizer que isso é ilegítimo, é legítimo na medida em que o Conselho de Segurança autorizou. Mas nós não vamos tomar armas, nós nunca tomamos armas para fazer cumprir outras resoluções do Conselho de Segurança. Eu acho que em várias ocasiões... nunca se deu, felizmente, esse problema de o chanceler ter que se indagar a que setor da sociedade brasileira devo dar satisfação. Problema que se coloca a todo momento nos anos atuais. Aquela tentativa de golpe de estado de Hugo Chávez, na Venezuela, reunindo todos os chanceleres da região, fomos todos a Caracas, nos reunimos em torno de uma mesa de carvalho, ainda marcada pelos sulcos das balas de fuzil que os golpistas frustrados na época tentaram. Sabíamos que o presidente Carlos Andrés deixava muito a desejar naquela época, mas ele era o governante legítimo da Venezuela e não é possível contemporizar com a ideia de que se tira o governante do poder com balas de fuzil, na sala de reuniões do presidente. Em tudo, destacadamente, na questão do Iraque. Nós tivemos um apoio coletivo e nunca nos vimos na contingência de ter que desempatar em favor de um ou outro setor da sociedade, que nos dirigisse pressões diferentes, ou dentro do governo (menos ainda dentro do governo) jamais aconteceu de um outro ministro de estado pegar no telefone e dizer “puxa, não dá para esfriar um pouco mais esse lado, esquentar um pouco mais aquele lado?” Nunca, nunca. A reunião no Palácio do Planalto, no dia seguinte ao começo da campanha do Iraque, desencadeada da guerra repressiva no Iraque, foi, uma reunião em que ouviram apenas, e todos estavam de acordo com o que tinha que ser feito,

mais exatamente o que não tinha que ser feito, estava bastante claro para nós. Eu estava avisado pelo secretário de Estado James Baker de que... isso foi discutido com o presidente na época e com o então chefe do Estado Maior das Forças Armadas e com o ministro Ozires Silva. Eu estava alertado pelo secretário de estado James Baker de que não havia, não devia haver preocupação com a questão do combustível. Eles tinham tomado todas as providências para que se desencadeasse aquela campanha do Iraque, sem nenhuma consequência sobre o preço do petróleo. Como de fato aconteceu. Agora, a questão de saber se divulga isso ou não divulga isso, é um problema seu. É preferível que não o faça. E foi realmente o que se decidiu aqui. Estamos re confortados por saber que não vai haver crise no petróleo. Mas não é prudente espalhar isso. Primeiro que pode haver um imprevisto e quebrarmos a cara por havermos dado uma notícia otimista ao povo. E segundo porque não custa nada economizar combustível, necessário ou não, uma certa economia, uma certa contenção da despesa com combustível, não faz mal a nenhuma sociedade.

**G.C.** - O senhor falou de uma harmonia entre o Itamaraty e demais ministérios na condição da política exterior...

**F.R.** - A não influência ou tentativa de influência de outros setores do governo no Itamaraty.

**G.C.** - Sim, sim. No caso, por exemplo, a relação do senhor com a ministra Zélia. Tradicionalmente, quem se incumbiu, na década de 80, sobretudo, na negociação da dívida externa, era o Ministério da Fazenda.

**F.R.-** Sim.

**G.C.** - Inclusive, a gente viu ministros como Bresser Pereira levando, pessoalmente, projetos de negociação com casas americanas privadas e públicas. E, no governo Collor, houve uma diferença, porque o embaixador Jorio Dauster foi nomeado como negociador da dívida.

**F.R.-** Sim, o negociador.

**G.C.** - Nesse caso, é como se tivesse havido uma transferência para o Itamaraty dessa incumbência de negociação da dívida ou foi uma atitude coordenada entre os ministérios?



**F.R.** - A atitude foi coordenada, no sentido de que era do Ministério da Fazenda, era da ministra Zélia que ouvíamos a notícia das suas disponibilidades, do que o tesouro público podia e não podia, comportava e não comportava. Mas, a partir daí, ela tinha perfeita consciência de que a execução de tudo só podia incumbir a... Ela não via em si mesma ou em qualquer membro da sua equipe algo que pudesse substituir o Ministério do Exterior na conversação sobre assuntos financeiros, sobre assuntos da dívida. E a escolha de Jorio Dauster foi de uma extrema sabedoria, ele não só é um dos mais notáveis diplomatas do final do século, mas era um especialista nessa área, entendia do assunto como ninguém. Embora os nossos diplomatas tenham uma vastíssima cultura geral, não deixa de haver um certo grau de especialização em uns e outros. Ou seja, a casa tem consciência de que alguns estão melhor preparados do que outros para cuidar de assuntos como barganhas financeiras e outros mais.

**G. C.** - O Roberto Campos teve algum papel no Itamaraty nessa altura?

**F.R.** - Não, não. A única lembrança que tenho de Roberto Campos é de um evento social. Em nenhum momento ele esteve na casa, em nenhum momento visitou alguém para fins de conversa de trabalho, a única ocasião em que eu o encontrei durante o período de governo foi na embaixada da França, numa mesa em que estavam presentes o embaixador da época e o número dois, o ministro conselheiro, que pouco tempo depois teria o seu nome na página do *Correio Brasiliense* por conta de um escândalo sexual, um problema qualquer que houve na época, envolvendo o número dois da embaixada da França em Brasília. Mas, nessa conversa, falava-se a respeito de algumas personalidades brasileiras. E em um certo momento, o embaixador e o ministro conselheiro referiam-se a Betinho, o irmão do Henfil, e se referiam a ele com olhar embaciado de emoção e revelam ter dele uma visão sublimatória. E me lembro de que o embaixador Roberto Campos fez um comentário dizendo: sim, é um notável brasileiro, luta por causas ousadas e nobres, mas é acima de tudo um político, um homem com veia política. E a sua luta pelas causas nobres que ele defende é uma luta que se faz com os recursos e métodos da política, não falta aí, quando necessário, do ponto de vista dele, virulência, agressividade. De modo que, é admissível que se aplauda a sua vocação e as suas tendências políticas. O que não é admissível, é quase ridículo, é vê-lo como uma versão brasileira de Madre Teresa, não é por aí, não é um caso de santidade. É um caso apenas de militância política por boas causas.

[FINAL DO ARQUIVO 02]

**G.C.** - Ele falou que ele tem melhores coisas a dizer.

**F.R.-** Sim.

**G.C.** – Geralmente, as perguntas convergem todas para o impeachment, para corrupção. E ele se irrita com isso, muito facilmente, aliás. E eu tive uma bela conversa de quase duas horas com ele...

**F.R.-** Sim.

**G.C.** - ...em que ele foi extremamente generoso inclusive com o tempo. Fui a Brasília conversar com ele. Eu acho que as memórias dessa época são cruciais, porque é tudo mal contado. A gente tem como referência, estava até comentando com o Oliver sobre isso, do período, a gente tem um texto do embaixador Paulo Nogueira Batista sobre o Collor.

**F.R.-** Sim

**G.C.** - Então fora essa referência, que é uma referência completamente enviesada, embora muito bem escrita...

**F.R.** - Que era por razões muito superficiais. Nas andanças de campanha, o candidato visita essa embaixada, visita aquela, em alguns lugares talvez ele não tenha se sentido bem recebido como foi em outros. As razões podem ser outras também, podem ser... nunca saberemos isso. Mas havia pelo menos três embaixadores por quem eu tinha grande consideração, e que eu percebi que o presidente da República não simpatizava, Paulo Nogueira Batista, esse eu nem conhecia pessoalmente, apenas sabia que era um homem muito qualificado na casa, Alberto da Costa e Silva e Zoza Médicis, João Augusto de Médicis. Tanto que a hora de realocá-los, eu tive alguma dificuldade em acomodá-los bem, de algum modo bem. Paulo Nogueira Batista não, porque, foi oferecido a ele e ele realmente não quis. Ele sentiu que, consagrada a eleição daquele cidadão que não sintonizava muito com ele, era hora de pedir as contas. Mesmo assim eu ofereci a ele duas ou três embaixadas boas, mas ele não quis. Depois de

Nações Unidas, Nova York achou que... Bom, Zoza Médicis e Alberto da Costa e Silva, bons amigos meus, consegui que Zoza fosse para Varsóvia e Alberto Costa e Silva fosse para Bogotá, lugar onde o embaixador do Brasil é sempre uma figura importantíssima. Paulo Nogueira Batista, eu conhecia a qualidade do seu trabalho, o seu conhecimento de diplomacia econômica e tudo mais, embora eu tivesse pessoalmente uma lembrança não muito boa, por via indireta. Quando o meu antecessor na Corte da Haia, o embaixador José Sette Câmara, que nove anos antes da minha entrada, ele havia saído. Agora, ele aspirava à reeleição. A reeleição é possível. Dizem os grandes da Haia que só se habilita à reeleição quem vem de país muito desinteressante. A prática revela mais ou menos isso. O juiz de Madagascar, da República da Guiana, da Sierra Leone não estão muito desejosos de voltar à pátria e aceitariam de bom grado mais nove anos na Haia. Agora, qualquer pessoa que venha de um país interessante, por exemplo, a Rússia, os Estados Unidos da América, o Brasil, a França, ao cabo de nove anos na Haia já está de malas prontas para ir embora. Por razões que eu desconheço, o embaixador Sette Câmara, isso ele me declarava, preferia um segundo mandato, ficar lá. E a não reeleição dele, perdendo então o Brasil para o candidato da República da Guiana, Mohamed Shahabuddeen, que apesar do nome Mohamed não era nem muçulmano. A derrota foi atribuída na época, no Itamaraty, à falta de empenho do vice-chanceler Paulo Tarso e do embaixador em Nova York e Nações Unidas, Paulo Nogueira Batista. Eu não sabia, eu não sei em que medida um empenho maior ou menor do vice-chanceler e do embaixador... O embaixador em Nova York é uma peça importante, não há dúvida. O vice-ministro, nem sei, o próprio embaixador Sette Câmara, e com ele uma parte do Itamaraty, tinham essa pendência a atribuir a não reeleição desejada por ele... não ao boicote ou a nada de reprovável, mas à falta de alento, à falta de entusiasmo na condução da campanha por esses dois diplomatas. Mas enfim, a imagem que eu tinha de Paulo Nogueira Batista era forjada a base de outros elementos relativos à carreira dele, todos eles muito engrandecedores.

**O.S.** – Certo, ótimo. Vamos então para a última parte, só falar um pouco da dinâmica global e como isso acabou afetando a dinâmica regional, e depois, com calma, num outro encontro... porque eu acho que aconteceu tantas coisas ainda depois, que merecem realmente bastante tempo. O sistema tradicional passa por uma fase muito turbulenta naquela época. Como o presidente, o senhor interpreta essa situação, como ela afeta a inserção brasileira na ordem

internacional? Nós comentamos aqui o não alinhamento... como isso afetou essa visão da ordem tradicional e a posição do Brasil dentro dele?

**F.R.** - A marca daquele começo de governo no cenário internacional era de uma epifania, era o comunismo real, o socialismo real desabando como sistema de governo, era o arejamento, portanto, do clima político, era assunção pela União Soviética de uma nova postura frente a um novo tempo. E isso, isso tinha, essa era a nossa visão,- tinha que ser valorizado e festejado. Lembro-me do chanceler Shevardnadze , que depois presidiu a Geórgia, Shevardnadze me dizendo: não se cuida de desertar das conquistas do socialismo. As conquistas do socialismo são importantes para todos nós. Agora, observada a sacralidade das conquistas do socialismo, cuida-se de desmontar o estado policial, cuida-se de desmontar o regime de partido único e de arejar, enfim, o sistema com a garantia das liberdades públicas, e tudo aquilo que o ocidente apresenta de bom, ao lado dos seus inúmeros defeitos. Aquilo que se pode selecionar de bom no ocidente: as liberdades públicas, a pluralidade de partidos, a rotatividade no poder, enfim, a transparência, a Glasnost, a transparência acima de tudo. Vamos, sem abrir jamais abrir mão das conquistas. Hoje, olhando para trás, não sei se algumas das conquistas do socialismo foram realmente garantidas, preservadas, mas enfim, era a ideia na época, era isso que Gorbachov tinha como mensagem para o resto do mundo, e que o chanceler Vashadze vocalizou, com todos os detalhes, para alguns interlocutores que ele tinha na época. À luz disso, desse fenômeno que era o fim da Guerra Fria, que era a proposta, nós acreditávamos piamente que não seria só na Europa Oriental, no restante do mundo também aquela proposta estava desmoronando. Não aconteceu. Embora a China seja um caso muito especial a ser analisado sempre com olhos próprios, para a análise do fenômeno chinês, mas existem outros exemplos de subsistência de regimes socialistas policiais ao extremo. Por exemplo, a República Popular da Coreia ultrapassa a República Popular da Albânia dos anos 60, dos anos 70, quer dizer, existem algumas extravagâncias subsistentes que, no romper dos anos 90, acreditávamos que não iam acontecer. Cuba é um exemplo diferenciado, mas é também um exemplo de subsistência do regime de partido único e do estado policial. A China eu acho diferente porque lá nunca se praticou um socialismo econômico financeiro. Aquilo ali é um sistema muito peculiar, não dá para fazer analogias entre a China e outros regimes. Mas enfim, a década de 90 começa sob essa marca epifânica, que é a Glasnost e o final, o desfecho da Guerra Fria. Tudo deveria ser analisado daí para

frente à luz desta ótica: nós estamos num mundo diferente. Mas aí, veja bem, havia no governo, mesmo no setor econômico do governo, uma percepção de que o triunfo, naquele momento da história, o triunfo de certas teses ocidentais relacionadas com as liberdades públicas, com a pluralidade de partidos, com a liberdade de expressão e tal, não significava a glorificação total do ocidente. Não significava, sobretudo, que o estado devesse se transformar em um fenômeno decorativo, puramente cerimonial; não significa que o estado devesse desertar das suas obrigações, deixando que o mercado governe. O mercado é absolutamente inidôneo para governar, o que quer que seja. Era fundamental preservar essa ideia. Não vamos misturar as coisas, não sejamos idiotas a ponto de acreditar que a chamada queda do socialismo real significa o triunfo absoluto do ocidente, até no que ele tem demais desumano, até no que ele tem de mais indecente, em certas propostas de deserção do estado em benefício do exercício do poder pelas forças de mercado... Isso é imoral. E, sobretudo, em países como o nosso, em que as forças são tão desiguais no setor privado, e que o estado não pode desertar da sua função regulatória.

**O.S.-** Certo.

**F.R.-** Isso estava muito claro na cabeça de todos os integrantes do governo na época.

**G.C. -** O embaixador José Guilherme Merquior escreveu em 87, logo antes, portanto da eleição, um texto no qual ele divulga uma tese do chamado liberalismo social. Ele era um liberal convicto, mas dizia exatamente isso: que existem vícios do ocidente que não são compatíveis com uma sociedade desigual como a brasileira.

**F.R.-** Sim.

**G.C. -** O senhor acha que esse pensamento, de um liberalismo em que o mercado é importante, mas não governa, é uma leitura de mundo que acabou sendo incutida naquele governo e na cabeça do presidente quando ele assume? Foi mais ou menos nessa essa chave de leitura que a política externa brasileira se dá, um liberalismo preocupado com a sociedade?

**F.R. -** Eu tenho a convicção de que foi, na sua condição de presidente eleito e de presidente recém-empossado, que Fernando Collor abriu os olhos para tudo isso. Ele não era, até então, uma pessoa com uma visão clara deste fenômeno e desta bandeira a ser assumida. A história

política de Fernando Collor é bastante limitada no seu ideário, naquilo que o consagrou, naquilo que projetou a sua imagem pelo país inteiro. Ele era apenas um xerife das esbórnias, dos abusos, do funcionalismo público mal administrado. E de repente ele se transforma em alguém que compreende a generalidade do fenômeno político, absorve, e assume as melhores teses. Sim, ele incorporou ... Merquior é meu amigo de juventude, no ano glorioso e inesquecível ano de 68, eu era doutorando na Sorbonne e ele era secretário de embaixada em Paris, e nos comunicávamos intensamente à sombra do ministro Bilac Pinto, que era embaixador na época, e foi uma amizade que subsistiu até as últimas horas de vida dele. Seguramente, leituras de Merquior contribuíram para a formação da visão de mundo de Fernando Collor, quando se aproximava a posse.

**G.C.** - E o presidente na época da eleição, em um debate, inclusive que gerou a polêmica toda com Lula, fala de teses estranhas, referindo-se ao socialismo...

**F.R.**- Sim, sim.

**G.C.** - ...fala que o Lula era um candidato a teses estranhas a nossa realidade...

**F.R.** - Aquilo que uma geração que antes chamava de ideologias exóticas. [Risos]

**G.C.** - E logo depois que ganha eleição, o Collor é, em primeiro lugar, saudado por Fidel Castro, com ele teve uma relação relativamente boa durante os anos de governo, e ele faz uma visita, ainda como presidente eleito, à União Soviética em janeiro de 1990. Essas relações que o Collor construiu, seja com Cuba, seja com União Soviética, elas permaneceram durante o seu mandato como chanceler?

**F.R.** - O tempo todo, o tempo todo. Veja bem, até adversários mortais dele durante a campanha, e que se tornaram amigos: Leonel Brizola é um. Leonel Brizola foi a voz solidária mais firme que ele ouviu no período depressivo da crise do impeachment.

**G.C.** - Até o fim?

**F.R.** - Até o fim. E Fidel Castro o tempo todo. Fidel Castro não se limitava a mandar a ele charutos, mas manteve uma relação positiva com ele ao longo do tempo todo, e ele não via nisso nenhum inconveniente. Deve-se convencer os vizinhos e amigos pelo exemplo, vamos

nos comunicar o mais intensamente possível com eles . E quem sabe se algum defeito que aquele regime possa ter, não se aperfeiçoa, não se corrige com o tempo pela sua convivência com.... Collor era um inimigo mortal da ideia do xerifado do restante do mundo. Jamais seria um governante norte-americano, jamais seria um secretário de estado norte-americano. A hostilidade dele a qualquer postura que pudesse significar dar lições a outrem pelo comando, pela arrogância ou intervir de algum modo no quadro interno do outro. Só uma vez, houve uma conversa um tanto polêmica entre nós, a respeito disso. A respeito do princípio da não intervenção. Foi quando alguns saudosistas tentaram um golpe contra Gorbachev, lembram-se desse episódio? E aí aquela questão, falamos alguma coisa, não falamos alguma coisa, afinal de contas nós sempre fomos entusiastas da não intervenção. Daí falei “Mas presidente, aí é preciso entender o seguinte: esses golpistas, por tudo que temos como informação...”, o embaixador nosso lá era Sebastião do Rego Barros, então conseguimos, convencer o presidente de que deveria chamar de volta imediatamente o embaixador, com todas as informações que nos pudesse trazer. A manifestação de reprovação do golpe, que acabou sendo uma tentativa de golpe, com suicídio de golpistas e tudo aquilo. Mas enfim, o embaixador foi chamado de volta, logo em seguida nos pronunciamos e, sobretudo a restauração de Gorbachev foi devidamente festejada. Mas houve sim esse momento em que ficamos embaraçados. Calar diante disso, não dá, mas ao mesmo tempo, isso é intervir em assuntos internos da União Soviética? A solução encontrada foi a melhor possível, não fizemos nenhum discurso público de condenação severa do que quer que seja, mas chamamos de volta nosso embaixador, vimos a tentativa de golpe fracassar e prestigiamos, daí para frente, de modo mais intenso do que nunca a administração Gorbachev.

**O.S.-** Certo

**G.C. -** Uma pergunta rápida sobre o Japão, esse lugar onde o Collor também fez uma viagem oficial, alias, não oficial, mas já eleito. O Japão era a grande expectativa, a grande esperança de uma alternativa aos Estados Unidos na década de 80. O PIB japonês chegou a três quartos do PIB americano em 87, 88. As relações com o Japão, o Japão tropeçou exatamente enquanto o senhor era chanceler.

**F.R.-** Sim.

**G.C.-** 91 foi um ano de crise do Japão.

**F.R.-** Foi.

**G.C. -** Como é que o Brasil lidou com o Japão, como era a relação bilateral do Brasil com o Japão nesse período?

**F.R. –** Eu fui lá em visita de trabalho, fui recebido pelo imperador, um dos momentos mais bonitos... Nessa ocasião, foram vários empresários, vários acordos foram fechados, a comunicação com a imprensa japonesa foi intensa, e, pouco tempo depois dessa visita de trabalho que eu fiz, o presidente da República foi em missão de estado para a sagração do imperador. Isso produziu frutos. Eu não saberia, nesse momento, lembrar quais foram os desdobramentos da relação, mas era extremamente valorizatória de um lado a outro. Só o fato de um imperador receber um ministro de estado sinalizava isso. O chanceler na época era Taro Nakayama, um notável estadista. E a comunicação com o Brasil, envolvendo até alguns próceres da comunidade de origem japonesa aqui em São Paulo, a comunicação foi realmente intensa. A vertente japonesa da diplomacia foi, só não mais rica, porque não era também para eles o melhor momento. E nós do ponto de vista econômico financeiro também não tínhamos muito a oferecer. A coisa cresceu na medida em que podia crescer naquele momento da história dos dois países. Agora, sobretudo, foi considerada a proverbial discrição japonesa. Foi uma relação intensa, muito mais cordial do que eu imaginava que ela pudesse ser, antes da posse do governo.

**G.C. -** O embaixador Adolfo Bezerra de Menezes é um nome da velha guarda do Itamaraty, um nacionalismo convicto, alias, ele sugere a uma certa altura, também durante o período Collor, que um novo eixo da política internacional poderia se formar: um eixo Brasília, Nova Déli, Tóquio.

**F.R.-** Sim

**G.C. -** Essa hipótese chegou a ser aventada dentro do Itamaraty nessa época?

**F.R. -** Não. A relação com o Japão era vista como uma rica relação bilateral, a Índia não nos dizia muito.



**O.S.** - Também que a abertura, a ascensão indiana só começou justamente naquela época.

**F.R.** - Sim.

**O.S.** - Foi o Manmohan Singh que assumiu como ministro de finanças que iniciou o processo de abertura, que naquela época era uma economia muito isolada.

**F.R.** - Sim.

**F.R.** - Gostaria de fazer um breve comentário. Vamos ver se eu me lembro de alguma ocasião... Mencionaram Peru. O Peru era, naquela época, o chanceler do Peru era um estadista de nome Guillermo Larco Cox. Era o mais velho... não, os dois mais velhos eram o meu professor, Héctor Gros Espiell, do Uruguai, e Guillermo Larco Cox, do Peru. Ele projetava uma imagem de respeitabilidade como nenhum outro. Havia grandes figuras, Gros Espiell, do Uruguai, Larco Cox que era o chanceler do presidente peruano Fujimori. Outro era o chanceler mexicano, Fernando Solana Morales, este era um banqueiro formado em economia, banqueiro profissional, e, no entanto, uma notável figura na diplomacia mexicana. Enfim, foi um período em que a convivência entre os chanceleres do continente foi extremamente positiva. E a nossa comunicação com os chanceleres da comunidade europeia, e alguns outros do grupo dos 15, que abrangia asiáticos etc. Depois da fundação do Mercosul, que foi o desenvolvimento de um projeto bilateral argentino brasileiro. Depois que fundamos o Mercosul, os quatro chanceleres do Mercosul que eram, pela Argentina, primeiro Domingo Cavallo que depois veio a ser ministro da Economia, depois Guido Di Tella, pelo Uruguai Hector Gros Espiell, pelo Paraguai Alexis Frutos, e pelo Brasil, eu próprio. Nós tínhamos um diálogo um pouco difícil com a comunidade europeia, veja só por qual razão. Aquilo que os europeus críticos chamam a burocracia de Bruxelas, o mandarinato de Bruxelas, é algo realmente poderoso. Eles nos cobravam desde o início “onde é a sede do Mercosul, quem é o secretário geral do Mercosul, cadê a corte de justiça do Mercosul?” E nós, com um esforço tremendo, púnhamos “olhe, as circunstâncias não são as mesmas. Vamos entrar aqui fazer uma política externa, uma política cambial, uma política de importação e exportação comum, chegar um dia ao mercado comum verdadeiro, mas tudo isso em bases tentativas. Nós temos consciência das nossas limitações”. Veja só o signo sob o qual nasce o Mercosul. O principal dos quatro países era um país sem moeda. Como é que um país sem moeda pode liderar um

grupo de... Bom, tínhamos consciência de tudo isso. A nossa autocrítica era formidável. E recusávamos toda pressão que os europeus, de Bruxelas, faziam sobre nós para montar aqui um aparato governativo. Não é isso, vamos conseguir alguns resultados, e depois, se for o caso, montar alguma burocracia institucional. Tanto que, o Mercosul nasceu sem personalidade jurídica. O tratado de Assunção combina unicamente uma reunião periódica de chefes de estado, ministros da fazenda e chanceleres. Só com o protocolo de Ouro Preto é que a coisa ganhou timidamente personalidade jurídica. Então, tínhamos que resistir obstinadamente. Nós olhávamos para o Pacto Andino e víamos nele o modelo do que não fazer. O Pacto Andino nasceu cercado por uma parafernália incrível, com corte de justiça, sede, secretário... e tudo isso, para que? Para nada, para nada. Então olhávamos para o Pacto Andino e víamos ali o modelo do que não deve ser feito. E isso foi bom, porque nunca nos expusemos ao ridículo. Mercosul anda a passos muito lentos, consegue alguma coisa, não consegue outras coisas, enfrenta derrapagens volta e meia, por obra de um dos seus quatro atores ou de um recém-chegado, mas, enfim, tudo isso porque a coisa começou com extrema contrição, continência e discrição, não deixou que em nenhum momento nos expuséssemos ao ridículo, por termos anunciado coisas que não aconteceriam ou que aconteceriam depois de muitos anos.

**O.S.** - Ótimo. Muitíssimo obrigado, foi excelente.

## **2ª Entrevista: 02/10/2014**

**G.C.** - Ministro, a gente começou a primeira entrevista sobre o cenário eleitoral, sobre a sua nomeação. E hoje, a gente queria começar a falar um pouco sobre sua chegada ao Itamaraty, o impacto que isso teve. O senhor propôs uma série de mudanças e reformas no ministério. Houve muita resistência? Como o senhor lidou com aquilo? Havia um grupo de pessoas com pensamento desenvolvimentista, nacionalista que ocuparam posição de destaque; o senhor chegou a montar uma estratégia, a conversar com aqueles grupos? O senhor tinha uma noção de que poderia haver uma forte resistência à política externa do governo Collor? Como isso se deu na chegada, como foi sua inclusão, sua conversa com os embaixadores principais do ministério?

**F.R.** – Veja, a apresentação superficial, a apresentação cosmética do projeto Collor de política externa era o que a imprensa chamava, na época a inserção do Brasil no primeiro mundo, ‘vamos levar o Brasil ao primeiro mundo’. O que isso significava? Na cabeça do presidente da República, a ideia fundamental era abrir o país. Ele é de uma geração que, embora muito jovem na época desses acontecimentos, foi fortemente marcada pelo que era o hermetismo brasileiro em relação ao mundo. Lembro-me, aos 22 anos, ganhando uma bolsa do governo francês para fazer meu doutorado em Paris, do que eu tive que fazer para poder obter um passaporte e sair do Brasil e concluir os meus estudos. Era na época em que o imposto de renda exigia uma cadeia enorme de providências para autorizar alguém a sair do país, ainda que fosse um estudante. Anos mais tarde, nós tivemos um depósito a ser feito pelos brasileiros, na época, 22 mil cruzeiros ou 22 milhões de cruzeiros, era uma caução para sair do país (era preciso depositar junto ao governo uma soma considerável como caução – prova de que se vai voltar). Os maiores disparates aconteceram no passado e, num passado não tão remoto assim, a refletir esse fechamento do Brasil para o mundo. O presidente Collor vocalizava isso, se referindo mais às consequências do nosso isolamento no parque industrial. A qualidade deficiente do produto que aqui se fazia, não que ele desejasse que não se continuasse fazendo, mas ele pensava num parque industrial, que, mediante trocas de insumos, se desenvolvesse mais, de modo a produzir aqui sim, mas com alguns componentes vindos de fora. Alguma coisa melhor e a um preço melhor do que então se produzia, ficava caro e não era de tão boa qualidade. Mas, a ideia foi aquele discurso das carroças, aquele

discurso em que ele se referia aos automóveis produzidos no Brasil como carroças. Bom, a ideia fundamental quando Fernando Collor falava em abertura, não era essa bastante vocalizada na imprensa, sobretudo, do parque industrial, mas, era de uma autêntica abertura ao mundo em matéria de quebra de barreiras, de modo que o comércio de bens e de serviços se intensificasse. Embora nem todos se lembrem de dizer isso hoje, esse projeto presidencial foi plenamente realizado. Nós éramos uma coisa até 1990 e nos tornamos outra; os de memória curta não alcançam os anos anteriores a 90, mas quem quer que alcance esse período da história do Brasil, saberá que houve sim uma grande mudança na nossa atitude frente ao resto do mundo. Isso não era apenas um fenômeno econômico, comercial, industrial; tinha reflexo sobre a política externa. Agora, particularmente no que concerne a política externa, a ideia era guardar a mais absoluta fidelidade àquilo que sempre foi a melhor tradição da política externa brasileira, e que não se quebrou sensivelmente em nenhuma época. Não há muita diferença, e, quem quer que tenha o mínimo de conhecimento da história do Brasil, sabe que não há muita diferença entre a política externa de João Goulart e a política externa de Ernesto Geisel. O fundamental era manter aquilo que eu chamava na época, a verticalidade da nossa espinha dorsal. Nós não fazíamos parte do chamado grupo dos não alinhados, mas, nenhum país neste mundo podia se vangloriar de ser mais não alinhado do que o Brasil. Nunca cedemos àquelas tentações de adesismo, que tantas vezes seduziram países tão próximos de nós. Argentina, sob inúmeros dos seus governos; na Europa, a pátria mãe Portugal, e tantos outros de algum modo vinculados ao Brasil por uma razão histórica ou geográfica. Não, sob essa ótica, o Brasil manteve sob Fernando Collor uma atitude em relação ao mundo que era de não alinhamento a nenhum dos eixos. Porque vejam bem, o presidente foi eleito, o governo instalou-se ainda à sombra da Guerra Fria. Naquele mês de março de 1990, não havia começado a desmoronar o socialismo real, foi a partir deste momento que as coisas lá fora tomaram esse rumo e era fundamental então, antes que a bipolaridade terminasse, que não se assumisse uma posição de alinhamento em relação a nenhum dos polos da velha bipolaridade, como já era a ideia inicial. Nesse particular, eu acredito que, primeiro, o governo militar não foi infiel à tradição da política externa brasileira, algumas acidentalidades aqui, ali, algumas palavras infelizes aqui e ali, mas, em linhas gerais, o governo militar não quebrou a tradição de não alinhamento. Fala-se tanto e certamente com razão, que o departamento de estado norte-americano, que a política externa norte-americana patrocinou ou copatrocinou o golpe de estado de 1964, sim, mas isso não

tem nada a ver com o que foi... Até porque, a possível hostilidade, a provável hostilidade que o governo norte-americano via no governo de João Goulart, tinha muito mais a ver com as circunstâncias internas do Brasil, inclusive os riscos corridos por empresas americanas instaladas no Brasil, do que com a atitude brasileira frente ao direito internacional, frente ao conjunto da comunidade internacional. É preciso ponderar, então, que depois de cessado o governo militar, essa política foi mantida ao longo dos governos militares com os chanceleres Mário Gibson Barbosa, depois Azeredo da Silveira e finalmente Saraiva Guerreiro, que esteve no Itamaraty durante seis anos, ao longo do governo Figueiredo. O presidente Tancredo Neves escolheu para chanceler Olavo Setúbal, na realidade, o presidente Tancredo Neves era sabedor de que uma carreira como a do Itamaraty existe, embora com variações muito tênues, porque a ideologia fundamental do Itamaraty sempre foi uma só: a valorização dos chamados objetivos nacionais permanentes e dos interesses nacionais, no que eles têm também de permanente, independentemente de quem esteja no poder neste momento. Enfim, de qualquer maneira, a Casa<sup>3</sup> se divide, ainda que no plano superficial, no plano social, em diversos grupos, diversas tendências, diversas correntes. E eu acredito que Tancredo Neves na sua reconhecida sabedoria, não queria, digamos, prestigiar uma das correntes em detrimento das outras, de modo que ele trouxe alguém de fora, alguém de uma estatura majestática que se impusesse à Casa pela sua história, pelo seu valor, pela sua inteligência e por não precisar de nada e de ninguém. Esse era o caso de Olavo Setúbal, e aí aconteceu o que aconteceu. O destino nos leva Tancredo Neves, José Sarney toma posse, Olavo Setúbal permaneceu durante um ano no cargo, mas era inevitável que a partir de certo momento ele pedisse as contas. Foi o que fez. E aí também acho que Sarney foi correto na escolha do sucessor. Quando Sarney trouxe de São Paulo o Dr. Abreu Sodré, ele estava homenageando a memória de Tancredo Neves porque era mais ou menos a mesma coisa: era alguém de uma reconhecida integridade, um daqueles estadistas cuja lisura, cujo valor e cujo zelo pelo interesse nacional o país inteiro reconhece, e lá esteve o Dr. Abreu. Embora já estivesse nessa fase da vida com uma saúde menor do que a da juventude. Olavo Setúbal estava perfeitamente bem, Abreu Sodré já não estava numa faixa etária em que a saúde lhe permitisse maior expediência, maior desenvoltura, maiores movimentações na cena internacional, e foi por isso que o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que era o vice-

---

<sup>3</sup> A expressão 'Casa', com inicial maiúscula, é utilizada para se referir ao Ministério das Relações Exteriores.

chanceler, assumiu várias responsabilidades. Aí entramos em um ponto delicado. Fernando Collor tomou posse muito tomado e imbuído da ideia de que as coisas deveriam mudar no Itamaraty, e foi essa a razão de se haver tripartido a secretaria geral. De que não deveria haver um vice-chanceler que de algum modo concorresse em matéria de poder com o chanceler; não foi uma ideia feliz essa da tripartição da secretaria geral, tanto que ela não durou. Ainda na minha administração, cuidou-se de reverter isso. Mas a razão dessa ideia, que afinal se revelou desastrada, era isso. A ideia tinha nome, Paulo Tarso Flecha de Lima.

**G.C** - Então se tratava de algo pessoal?

**F.R.** - Sim, por alguma razão que eu não conheço. Antes da eleição, eu lhes contei que Fernando Collor foi um dos candidatos com quem a Justiça Eleitoral e o presidente da Justiça Eleitoral na época, tiveram menos contato, de todos os outros. Leonel Brizola esteve lá inúmeras vezes, Lula tinha uma comunicação intensa conosco, através, sobretudo, dos seus jovens juristas que acompanhavam o trabalho do tribunal por telefone inúmeras vezes, e os outros candidatos também. Collor foi o único que só foi lá uma vez e o único que foi sozinho, levando um calhamaço de recortes de jornal com a intenção, como eu lhes contei, de provar ao tribunal que se os outros candidatos tinham queixa da campanha dele, ele também havia colecionado inúmeras queixas, até mais graves, da campanha de outros candidatos. E, esse noticiário se referia a atitudes agressivas e desastradas de outras campanhas, não só visando a ele, mas visando a terceiros candidatos, como o episódio do Rio Grande do Sul, em que uma claqué petista chegou a jogar pedras no comício do dr. Ulysses Guimarães, que era o decano dos candidatos. Mas, Fernando Collor, nesse momento do processo eleitoral, teve um raríssimo contato com a Justiça Eleitoral, se comparado com os demais candidatos. Eu não sabia absolutamente nada sobre o histórico das andanças do candidato Fernando Collor no exterior. Depois percebi, por força de palavras e acontecimentos, que, nessas andanças, ele forjou simpatias e também algumas antipatias. Enfim, havia alguns diplomatas de reconhecido valor com os quais ele não escondeu que não simpatizava. E eu só podia atribuir isso (não deveria haver aí nenhuma razão ideológica, nenhuma razão substancial) à mais ou menos acolhedora recepção que lhe deram quando das suas andanças, enquanto candidato.

**G.C.** - O senhor lembra quais foram as pessoas?

**F.R.** - Lembro-me clarissimamente. O embaixador Paulo Nogueira Batista, nosso homem em Nova York, nas Nações Unidas, também outros dois que eram amigos particulares meus, o embaixador Alberto da Costa e Silva, o escritor, o embaixador João Augusto de Médicis, mais alguns de menor hierarquia na época. Mas, lembro bem que ele não tencionava valorizar aqueles poucos diplomatas com quem ele parecia não haver simpatizado durante as andanças pré-vestidura, pré-eleição. Em todo caso, eu consegui que nenhum deles fosse absolutamente desvalorizado na sua posição hierárquica dentro da carreira e todos foram realocados em postos dignos da sua posição na carreira e do seu talento, menos o embaixador Paulo Nogueira Batista, que era o mais veterano e resolveu pedir a sua aposentadoria.

**G.C.** - De acordo com a *Veja*, a diplomacia do tacape nas Nações Unidas batia duro contra o Fundo Monetário Internacional, crítico a essas organizações de quem a gente dependia.

**F.R.** - Sim, sim. Mas eu acredito sinceramente que não era por uma razão desse gênero, mas, era mais por questões menos importantes que certas simpatias e antipatias que se forjaram na época. Isso não é importante na determinação do que aconteceu em seguida. Há uma aparente contradição sobre a qual eu próprio me interpelei em algumas reflexões feitas mais tarde. Nós, por um lado, o Itamaraty, dizíamos (eu me refiro aos meus diálogos com meus colaboradores mais próximos, destacadamente o embaixador Marcos Azambuja, que era o secretário geral de Política Exterior) que nos sentíamos valorizados pelo presidente da República, na medida em que ele não discutia com a Casa sobre nenhum assunto que tivesse a ver com a competência e o desempenho da Casa. Até mesmo aquelas imposições que eu acredito que acontecem a todo momento hoje, e que devem ter acontecido no passado: a hora das promoções “temos aqui fulano, conselheiro, candidato a promoção a ministro de segunda, primeiro secretário... O presidente da República pede, sugere, recomenda...”, isso não acontecia absolutamente. Uma única vez, o embaixador Marcos Coimbra, que era o cunhado do presidente da República, e seria naturalmente o porta voz, o canalizador de mensagens menos republicanas, menos institucionais do presidente da República (embora nada ilegítimas) e aí nem mesmo falando em nome do presidente da República, mas em nome pessoal, como quem dá um recado em tom de apelo “olha, o embaixador fulano aspira a ir para o Chile, dá para fazer isso?” E eu respondi imediatamente: “claro que dá, não recebi nenhuma indicação, ele é um dos homens valorosos da Casa. Apenas estranho, embaixador, que ele não tenha se dirigido a mim como todos os outros fazem. Não era preciso ele ir ao

Palácio do Planalto”. Ele explicou: “não, não é bem uma questão pessoal. Ele não tem um trato, e resolveu...” Esse é o único exemplo que eu recorro de uma vocalização de um pedido, de uma aspiração de um determinado diplomata. Mesmo assim, não envolvendo o presidente da República, mas envolvendo, a título pessoal, o então chefe da Casa Civil, que tinha parentesco com o presidente. Por um lado, nós éramos ciosos e orgulhosos do fato de que o presidente da República tinha um perfeito reconhecimento da profissionalidade da Casa pelo seu desempenho independente e livre. Naquilo que tinha a ver com a política externa do Brasil, com o trabalho fundamental do Itamaraty, o presidente da República valorizava a Casa em todos os momentos. Por outro lado, nos queixávamos de que o Palácio do Planalto perturbava, de algum modo, nosso trabalho. Talvez vocês se lembrem que o governo Collor começou com nove ministros de Estado civis além dos três militares e outros que eram secretários de Estado. Foi o governo mais compacto da história. O presidente Fernando Collor respeita a Casa, e, alguns elementos palacianos, não é que a desrespeitem, mas tentam influir em questões também muito superficiais, muito periféricas. Por exemplo, em certo momento chegou ao nosso conhecimento que alguém da área de comunicação do Palácio do Planalto, não queria que determinada jornalista fosse convidada aos eventos do Itamaraty. E a nossa reação foi a mais ríspida possível. Tratava-se de uma jornalista veterana, por sinal, que cobria a área diplomática, que vivia disso, esse era seu ofício, ela não podia ser excluída da faixa de convidados do Itamaraty porque fulano de tal do Palácio... E, foi nesse momento que se fez um apelo, aqui, ao Palácio; isso deu origem, não exatamente a alguns incidentes, mas a algumas palavras de ordem que caracterizaram a minha administração. Por exemplo, o embaixador Osmar Chohfi, um dos maiores amigos que sempre tive na carreira, mas naquela época em que eu estava no Palácio do Itamaraty, ele era o chefe do cerimonial do presidente da República, e houve um momento em que, em uma reunião da cúpula do Itamaraty, ele disse que o Palácio queria ou não queria alguma coisa, e eu disse: “Senhores, vou lhes fazer um apelo, fazer um apelo veemente e que eu quero que seja atendido: que não se fale mais nessa Casa que o Palácio quer ou deixa de querer alguma coisa. O Palácio não existe, o Palácio é um monte de mármore e vidro, e um monte de mármore e vidro não tem vontade própria. Dentro do palácio está o presidente da República do qual eu sou comissionado, a cujas ordens e determinações eu obedeço como ministro de Estado que sou. Mas, dentro do Palácio não existe, na atual conformação ou atual organograma, e nem houve no passado uma pessoa com status de ministro de Estado. Há lá um ou dois secretários de Estado e há



funcionários de menor hierarquia. De modo que, não tem nenhum cabimento dizer-se nesta Casa, e acredito que em nenhum outro ministério que tenha consciência do seu valor, que o Palácio quer isso. Se o presidente da República quer alguma coisa ele me telefona na linha vermelha e me diz o que quer. Que nunca mais chegue aqui esse tipo de recado; o Palácio quer isso, o Palácio quer aquilo”. E quando se dizia o Palácio era bem isso, era bem o baixo clero do Palácio do Planalto, que era extremamente atuante em questões periféricas, como perseguir determinada jornalista ou favorecer alguém.

**O.S.** - O senhor se lembra do nome da jornalista?

**F.R.** - Pomona Politis, é uma veterana, houve um momento em que por alguma razão, Cláudio Humberto Rosa e Silva não queria que a moça fosse convidada. Vejam com que tipo de situação a gente tem que conviver em determinados momentos.

**O.S.** - Isso foi logo no início?

**F.R.** - Eu acredito que não, terá sido pelo final do ano de 90 ou começo de 91.

**G.C.** - Uma das outras coisas que no Itamaraty causou certo espanto, certo burburinho foi a extinção da expulsória.

**F.R.** - Sim, sim. Esse continua sendo um problema tormentoso por várias razões.

**G.C.** - Sim, sem dúvida. E uma das coisas que eu pude perceber acompanhando esse processo é que já havia um plano, provavelmente costurado pelo embaixador Marcos Coimbra, na época, talvez junto com Eduardo e alguém mais, de reforma administrativa do Itamaraty, que constava a expulsória, constava a tripartição da Secretaria Geral, e o fechamento de algumas embaixadas no exterior. O que talvez inviabilizasse, pelo menos em um primeiro momento, a nomeação de um diplomata de carreira para a chancelaria, talvez uma pessoa, por mais ilibada que fosse sua reputação, o embaixador Ricupero, que foi cotado a ser o chanceler durante um tempo, talvez não fosse compatível com o tipo de reformas que precisassem fazer. Eu, procurando, encontrei um prêmio que o senhor ganhou, *Personality of year*, em 89, logo depois da sua função como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso pode ter motivado o Collor na escolha do ministério, de pegar alguém, como a

gente já tinha comentado na entrevista passada, próximo à Casa, mas que não fosse um diplomata e não tivesse esse lado corporativista, que impedisse concretamente as reformas?

**O.S.** - Só para agregar, isso é uma coisa que a gente tem percebido com outros chanceleres que entrevistamos: existe uma certa preocupação do que vai acontecer depois. Porque muitos ministros não se aposentam, eles continuam na Casa, o que acaba limitando o espaço de atuação.

**F.R.** - É verdade. Isso não é possível apenas, isso é provável. Isso é provável e, neste caso, se admitirmos isso como certo, o que se passou na cabeça de Fernando Collor em 90, foi o mesmo que se passou na cabeça de Tancredo Neves cinco anos antes. Eu não queria fazer nenhum comentário sobre uma atualidade muito próxima, mas, o fato é que se valorizava o Itamaraty colocando na sua chefia alguém de respeitabilidade reconhecida, e não integrante de nenhuma das correntes ou tendências em que a Casa inevitavelmente se divide, embora não sobre o essencial. O ministro Leitão de Abreu, a quem consultei logo depois do convite, do apelo recebido para aceitar o ministério, dizia justamente isso: para ele seria uma coisa fantástica se eu aceitasse por ene razões: tinha acabado de receber, além disso que você mencionou, o primeiro troféu imprensa estrangeira que se deu (acho que ele continua até hoje no Rio de Janeiro); “resta saber”, dizia o ministro Abreu, “se para você isso é interessante, se isso convém”, ele tinha sérias dúvidas sobre isso. Também Oscar Corrêa tinha sérias dúvidas sobre isso, mas, outros colegas meus, a começar pelo presidente do Supremo na época, o ministro Néri da Silveira e outros ministros por quem eu tinha grande respeito e estima pessoal, o Célio Borja, insistiam comigo que eu não tinha como recusar, seria um ato de deserção, revelador de timidez ou de medo, e foi bem isso que me determinou na época. Afinal, esse homem foi eleito por 40 milhões de brasileiros, numa eleição absolutamente límpida. Ele não tinha equipe nem partido. O partido dele é uma ficção, a equipe, não sei o que é. Se insiste que eu aceite, é muito difícil dizer não, é muito difícil dizer “vire-se, arranje-se”.

**O.S.** - Talvez essa tenha sido uma das razões pelas quais ele se cercou de diplomatas também no seu dia a dia? Porque o número de assessores diplomáticos do Collor talvez tenha sido o maior da Nova República.

**F.R.** - É verdade.

**O.S.** - Havia militares ocupando esses espaços, foram substituídos por diplomatas.

**F.R.** - É verdade, desde a campanha ele tinha algum diálogo com o José Guilherme Merquior. Depois, enfim, já instalado no governo, havia diversos diplomatas. Bom, não contando o embaixador Marcos Coimbra que era o secretário de Estado da Casa Civil e havia outros também na equipe, mas aí já num nível de apoio, na equipe de Pedro Paulo Leoni Ramos, na equipe de alguns outros integrantes. Mas havia um conselheiro mais próximo, o embaixador Gelson Fonseca, que em vários momentos ajudou o presidente; os que não tinham a ver com o Itamaraty ou política externa, mas tinham a ver com a comunicação do presidente da República em determinadas horas difíceis, como foi aquela em que o governo começou a cair, aquela hora extremamente desastrosa na qual o presidente da República demitiu o professor Luxemburg e pouco tempo depois aceitou a renúncia do ministro Alceni Guerra. Nesses momentos, no que concerne à comunicação, no que concerne à facilitação da comunicação do presidente da República com a imprensa, com a sociedade, me lembro que Gelson Fonseca dava uma ajuda substancial.

**G.C.** - E o trânsito do ministro Gelson, a época ministro, depois embaixador, era bom com o Itamaraty?

**F.R.** - Excelente, não podia ser melhor. Ele era um dos interlocutores mais enriquecedores que Marcos Azambuja e eu tínhamos na Casa.

**O.S.** - Quando o senhor assume o escândalo de 89, essa questão da corrupção, isso ainda afetava a imagem do ministério, influenciava de alguma maneira como o presidente via a Casa?

**G.C.** - O escândalo estourou e o José Dimenstein, jornalista da *Folha*, que vazou alguns documentos. Quando o senhor assumiu o Itamaraty, isso já estava no final, já havia sido resolvido, pelo menos já havia como se fosse uma comissão administrativa dentro do Itamaraty, interna, que se incumbiu de um calhamaço de quase três mil páginas para discutir esse aspecto. E parece que alguns dos nomes, que acabaram se tornando centrais no próprio

governo, o próprio Marcos Azambuja estava envolvido. Mas acho que houve simplesmente uma reparação, um acordo interno no Itamaraty, mas que não teve muita repercussão.

**F.R.** - Isso tinha a ver com a questão previdenciária, fundação, caso Cabo Frio. Mas isso não nos deu trabalho em nenhum momento. Era uma página completamente virada e não comprometeu a solução de responsabilidades por algumas pessoas que saíram do episódio com o nome perfeitamente limpo.

**G.C.** - Quando o presidente Collor foi eleito, um dos temas mais candentes na agenda do momento era a questão do Panamá: havia acabado de acontecer a invasão americana no Panamá (dezembro de 89), depois o presidente eleito Collor foi aos Estados Unidos e fez algumas declarações de repúdio à intervenção americana, e a crise durou um tempo limitado, mas, quando o senhor assumiu, ela ainda estava acontecendo em algum sentido. Isso repercutiu para dentro do Itamaraty. Houve alguma atitude concreta da diplomacia brasileira com relação ao Panamá ou foi um tema lateral?

**F.R.** - Também era um tema praticamente superado e não comprometeu a linha de diálogo. Naquela época, eu tinha a impressão de que o presidente, que era o George Bush pai, era algo bem diferente: a história demonstra e demonstrará cada vez mais, algo bem diferente do George W. Bush. Algo bem diferente do filho. Naquela época, eu tinha impressão que o presidente George Bush, pai, tinha conosco uma empatia bem maior que a do secretário de Estado James Baker. O Bush parecia ter mais sensibilidade ao valor, parecia ser mais permeável à percepção do valor de uma boa relação bilateral com um país do sul (dimensão humana, geográfica, econômica). Ao passo que o secretário James Baker parecia alguém, que é muito comum, extremamente centrado nos eixos do hemisfério norte e pouco propenso a priorizar ou sequer a reconhecer a dimensão de relações bilaterais ou até mesmo coletivas com aquilo que não seja o eixo fundamental de certas diplomacias do hemisfério norte. Isso nós notávamos em toda parte, não exatamente na minha época, mas, em outras épocas, eu me lembro de vários comentários da comunidade jurídica do Brasil sobre a diferença com que nos relacionávamos com os dois líderes de Portugal na época, o presidente Mário Soares e o primeiro ministro Cavaco Silva. Mário Soares era um homem extremamente cioso da qualidade da sua relação com o Brasil e da importância do Brasil na cena internacional e, Cavaco Silva, parecia ser alguém de uma linha diplomática portuguesa muito mais afeiçoada

aos interesses intraeuropeus do que à sua comunicação com o restante do mundo. Mas enfim, no caso dos Estados Unidos, daquela crise panamenha não sobrou nenhuma sequela para o governo Collor, do que ele foi a partir de 15 de março de 1990.

**G.C.** - Os temas prioritários na agenda com os Estados Unidos, eram os temas das patentes, informática (eminentemente comercial) e o tema da dívida. Como se coordenavam as ações: de um lado, o Itamaraty preocupado com a imagem do Brasil perante os Estados Unidos, do outro lado, o Ministério da Economia comandado pela ministra Zélia e com o Jório Dauster, inclusive um diplomata de carreira a cabo das negociações; como se dava essa conversa entre os dois ministérios, se se davam?

**F.R.** - O embaixador Jório Dauster foi uma peça fundamental, porque ele não apenas é um excelente negociador com o exterior, mas é um excelente articulador de coisas no plano interno. Uma pessoa menos habilidosa na posição dele (agregado à ministra Zélia e, ao mesmo tempo, oriundo do Itamaraty, profundamente vinculado à Casa) teria levado as coisas a um rumo muito infeliz. Ele foi competentíssimo, e é uma peça fundamental nessa história, dentro desse tema, que é o então embaixador dos Estados Unidos da América, Marcílio Marques Moreira, que veio a ser depois o ministro da Economia, e que tratava também com muita habilidade essa questão delicadíssima, porque aí não dá para ser arrogante, aí é preciso convencer, obter ganhos, sem partir para uma atitude de hostilidade, que não conduziria a nada e, na melhor das hipóteses, levaria as coisas ao estancamento. Não temos nenhum registro, na época, de um incidente resultante dessa composição de frentes de combate, no melhor sentido possível. E, depois que Marcílio Marques Moreira assumiu a pasta da Economia, a ministra Zélia não ficou muito tempo no governo. A parte à questão da dívida, sim, estávamos envolvidos naquilo que foi a consequência global da queda do socialismo real e da reconstrução e da remodelação da velha Rússia que deixava de ser a União Soviética. Lembro-me bem da palavra do então ministro do Exterior, o chanceler soviético Shevardnadze, quando dizia que “é preciso assegurar, cristalizar as conquistas do socialismo. Nós não podemos abrir mão das conquistas do socialismo obtidas a tão duras penas durante todas essas décadas que separam 1917 de 1990. Mas é preciso, preservando essas conquistas, corrigir os defeitos fundamentais que o regime na realidade da vida demonstrou ter, ou seja, o Estado policial, a cessação das liberdades públicas, a unidade partidária e, sobretudo, dizia ele, “o controle absoluto da economia pelo Estado. O Estado não é um grande administrador,

o Estado não é um grande gerente, ele não deve ultrapassar a função de um regulador severo da economia, mas deixando que o setor privado desenvolva livremente as suas atividades”. A tônica do discurso de Shevardnadze era essa, e ali ele estava em absoluta sintonia com Mikhail Gorbachev. Não podemos abrir mão das conquistas do socialismo, porque elas foram importantes, determinaram a nova ética política da mãe Rússia, mas elas não podem continuar coexistindo com o Estado policial, com partido monolítico e com a assunção da economia pelo Estado. Governos não levam povos à prosperidade.

**G.C.** - O senhor acha que do lado de cá, havia um senso de urgência, sobretudo no contexto de Argentina, Brasil, países altamente endividados e carentes de investimentos estrangeiros; havia um senso de urgência quando o Leste Europeu começa a abrir em função da Perestroika e da Glasnost, mas, sobretudo da Perestroika, de que os investimentos estrangeiros fossem todos alocados para o Leste Europeu e a gente ficasse com muito pouco? Esse é um tema que aparece em algumas referências do próprio presidente Collor na época e em entrevistas coletivas que ele concedeu ainda como presidente eleito. Esse medo de que o Leste Europeu pudesse canalizar muita atenção dos investidores estrangeiros, deixando a América Latina às moscas.

**F.R.** - A palavra medo faz todo sentido. Era exatamente o que sentíamos ao ver que a Glasnost se projetava sobre toda a Europa do leste; e vejam bem, poderia não dizer respeito direta e imediatamente à Rússia, mas alcançaria com uma extrema rapidez todos aqueles países da Europa oriental, que saíam do contexto da influência russa. Nós sentíamos que aquilo seria um polo de atração em mais de um sentido, não só na questão econômica, não só na questão dos investimentos, nós sentíamos que era uma hora em que a nossa imagem internacional ficava obscurecida pelo que estava acontecendo; e o pior da história, o fator mais deprimente para nós, era o fato de que não havia como reagir a ele como se reage a uma patologia, porque aquilo não era uma patologia, era perfeitamente natural. Nós faríamos a mesma coisa se fôssemos um país do ocidente, priorizaríamos, naquele momento da história, esse novo mundo que surge, o leste da Europa e que parece tão sedutor e tão promissor. Foi dentro desse clima que o Mercosul foi criado, e por isso foi criado com tamanha discrição, com sentimento fundamental de continência, isto não é hora para o blá blá blá, isto não é hora para ufanismos. Já lhes contei, nós olhávamos para o Pacto Andino e víamos naquilo o perfeito modelo do que não fazer. Por isso que o Mercosul surge sem personalidade jurídica,

nós não queríamos onerar o Tesouro Público do Brasil, da Argentina, do Uruguai ou do Paraguai com um centavo sequer antes que aquilo mostrasse que produz algum resultado, repercute positivamente de algum modo na vida das pessoas. Por isso, o Mercosul nasce sem personalidade jurídica, ele é apenas uma reunião periódica de estadistas da área da economia e das relações exteriores, e não anunciávamos nada senão com este sentimento profundo de continência, “vamos devagar a ver o que conseguimos”, sobretudo pela sensação; hoje é mais cômodo dizer, jamais seria dito, embora fosse tão notório, tão solar, tão transparente, mas era absolutamente proibido dizer uma sílaba sobre isso naquela época. Nós estávamos começando um projeto integracionista envolvendo quatro países do Cone Sul e o principal desses países era um país sem moeda. O Brasil foi, ao longo de décadas e até o ano de 94, um país sem moeda, é a maneira mais honesta de definir o que acontecia nesse país. Os mais jovens não se lembram do que foi esse país enquanto não teve moeda até o Plano Real, até o ano de 1994. Nós éramos um país sem moeda e liderávamos outros três países, não muito melhores do que nós nesse aspecto, e nos perguntávamos na hora de encarar o travesseiro, como vamos fazer? Como vai ser possível estabelecer esse sistema de tarifas e de comércio exterior, de tarifa externa comum? Como é possível caminhar para um mercado comum? Porque nós conhecíamos profundamente a história da União Europeia, sabíamos que apesar das desproporções, por exemplo, demográficas ou territoriais que existem entre a Alemanha e o Luxemburgo, havia entre eles uma igualdade intrínseca no que é essencial, ou seja, eram países com renda per capita semelhante, eram países com produto interno bruto diferenciado, é claro, proporcional às suas dimensões humanas. Além do que, muitos cientistas políticos insistem nisso, bem mais do que as similitudes, as homogeneidades econômicas e sociais que uniam aqueles seis países fundadores, daquilo que virou depois a União Europeia, mais do que isso, pelo envolvimento de Alemanha, França, Itália e logo depois o Reino Unido também. Aquilo era, sobretudo, uma união imperativa de nações ainda fortemente marcadas por todo sangue que correu no continente ao longo de toda a sua história, e no caso aí, há tão pouco tempo. Havia tão pouco tempo quando isso tudo começou na Europa, no romper da década de 1950. Todos estavam ali com a lembrança viva do que acontecera 20, 15, dez anos antes. E o objetivo principal da criação do sistema europeu contemporâneo não foi integração econômica coisíssima nenhuma, essa seria um acréscimo, seria um *plus*. O essencial, o principal, era criar um sistema de solidariedade, de fraternidade, usar uma palavra literária que, ao gosto deles na época evitasse que se abatesse de novo sobre aquele castigado

continente o que havia acontecido. Esse cenário político que motiva tão intensamente países a criarem aquilo que criaram na Europa no romper da década de 50, isso não existia aqui, não era para nós um imperativo político; nós vamos tentar fazer alguma coisa que nos leve à integração econômica e possivelmente se projetará pelo restante do continente no devido tempo, mas, sempre com essa ideia, sejamos discretos, não admitamos em nenhuma hipótese a possibilidade de nos tornarmos ridículos, de parecermos ridículos às nossas próprias sociedades por havermos anunciado coisas que deveríamos saber que não seriam conseguidas no curto prazo.

**G.C.** - O presidente Collor faz menções a três fenômenos sutilmente distintos, mas tratamos como sinônimos em alguns momentos. Ele fala em integração do Cone Sul, que foi efetivamente o que veio ocorrer; fala em integração latino-americana e não fica claro para quem lê, com 20 anos de distância, o que estava dizendo quando se referia à integração latino-americana, não sei se o México, por exemplo, estaria incluído em um plano futuro de integração latino-americana. E ele faz muitas menções também a uma suposta integração entre América Latina e Europa, sobretudo com a Península Ibérica, que era uma região do mundo, que a época canalizava também muita atenção. Felipe González, na Espanha; a Espanha passou por uma reforma muito bem sucedida, após Franco, quer dizer, a Península Ibérica vivia um momento econômico muito próspero. Então, o senhor vê esses três movimentos acontecendo de maneira simultânea? O senhor chegou a negociar alguma aproximação em um projeto entre o Mercosul e a Europa?

**F.R.** - Duas coisas então. Primeiro, é muito difícil saber o que se entende por América Latina, sobretudo porque nos sistemas centrais como das Nações Unidas, nós somos América Latina e Caribe. São duas coisas tão diferentes. As repúblicas ibero-americanas que fizeram a história do continente já no século XIX e as nações que no mar das Caraíbas se tornaram independentes da Holanda, da Inglaterra ou sei lá de quem, nos últimos anos, no século XX, sob inúmeros pontos de vista, dão trabalho à diplomacia brasileira. Ou seja, a formulação aos olhos do resto do mundo e aos nossos próprios olhos de um conceito claro de região, o que somos como região? A OEA já nasceu sob esse signo, sob esse estigma? O que são estados americanos, o que são repúblicas americanas?



[FINAL DO ARQUIVO 01]

**F.R.** - A própria Organização dos Estados Americanos (OEA) nasceu sob esse signo de crise de identidade, dúvida sobre a identidade. As conferências pan-americanas começam em 1890. Essa é uma longa e bonita história de construção daquilo que lá fora chamavam de direito internacional pan-americano. As conferências de cinco em cinco anos começam em 1890 e só conduzem 60 anos depois, já no meado do século XX à criação da OEA. E o estatuto diz, a carta de Bogotá diz que ela é aberta a todas as nações americanas, imbuídas de tais e tais propósitos: aquele discurso usual, dessas cláusulas contratuais, e havia uma dúvida sobre o que são repúblicas americanas e (durante anos isso foi discutido). O Canadá, por exemplo, se quiser entrar um dia, pode ou não pode? E essas ilhas do Caribe, que quem sabe se tornarão, um dia, independentes, se se tornarem de fato, poderão entrar? Isso povoou a problemática da OEA nos seus primeiros anos de vida. Depois se entendeu que o conceito é geográfico. Tudo que seja estado independente, dentro daquilo que em geografia chama de novo mundo, pode perfeitamente entrar na OEA. Isso resolve então o problema da OEA e do conceito de estado americano, mas não resolve o problema da conceituação de América Latina. E aí vem à superfície diversos casos tópicos, o caso do México que você citou, por exemplo, alguns poetas mexicanos lamentam “pobre país, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. O México, que pela sua topografia tem necessariamente uma relação singular com os Estados Unidos. Não direi privilegiada, nem desfavorecida, uma relação singular, única, com os Estados Unidos da América. Mas quando pensamos nisso, na possível singularidade do México, por conta da sua vizinhança com os Estados Unidos, vemos por outro lado que países vizinhos nossos, não deles, como Chile, muitas vezes se aproximaram mais deles do que de nós, esse sempre foi um tema recorrente nas reflexões dos membros do Mercosul. Porque o Chile não vem mais depressa à nossa confraria? E a resposta era meio óbvia: porque o Chile tem algumas relações bilaterais com os Estados Unidos da América que o impedem de proceder como a Bolívia, por exemplo, que era o candidato mais próximo do contexto geográfico do Mercosul. Lembro-me do chanceler boliviano referindo-se àquela cláusula do Tratado de Assunção, que diz que o sistema está aberto à adesão de países da área que não estejam já envolvidos em outros esquemas. Então ele me dizia, quase que amargurado: “isso aqui se traduz como Chile sim, Bolívia não, por causa da participação da Bolívia no Pacto Andino”. Não era bem isso, a Bolívia afinal se associou em termos tão idênticos quanto os do

Chile, da associação do Chile. Só a Venezuela se incorporou em circunstâncias legalmente estapafúrdias, quando daquela, como qualificar? Daquela tropelia, daquele trambique que os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai organizaram para forjar uma suspensão do Paraguai, totalmente ilícita, para admitir na calada da noite a Venezuela.

**O.S.** - O senhor disse que, no fundo, isso foi apenas uma decorrência, mas não um plano, que a Cristina Kirchner teve que suspender o Paraguai para evitar um cenário semelhante na Argentina, que, aliás, havia uma preocupação muito forte de que a única maneira de evitar uma ação era de criar um caso que mostrasse que uma queda da Cristina Kirchner poderia ser a expulsão da Argentina no Mercosul. Isso é uma teoria que mostra que, no fundo, a entrada da Venezuela não foi o propulsor inicial e não o objetivo singular da suspensão.

**F.R.** - São dois pontos. Um é a nossa dificuldade em saber o que é, aos olhos do mundo e aos olhos dela própria, a América Latina na hora atual. Em que medida, sobretudo o Caribe, entra ou não nisso, já que constituímos o único grupo do contexto das Nações Unidas e das Organizações do Sistema América Latina e Caribe. Coisa que desagrada a muitos e a outros não desagrada ou até dá satisfação. Bom, agora outra coisa, a nossa relação com os dois polos integracionistas de fora. O Mercosul, isso foi grandemente favorecido pela ideia de política externa do presidente Fernando Collor. O Mercosul se relacionou intensamente com a União Europeia e com o Leste Europeu. Os nossos encontros foram frequentes e explicávamos o que era o Mercosul, o que ele pretendia ser, e que relações desejávamos com esses dois polos de integração. Isso acontecia no momento em que a comunidade econômica europeia estava mais forte do que nunca, e num momento em que no lado de lá, no Leste Europeu, processava-se uma crise, mas num clima de euforia, bendita crise essa que leva a todos a uma excitação cívica e a uma intensa esperança de melhores dias. Nada era mais fluido, nada era mais fácil do que o nosso diálogo com a Hungria, a Polônia, a Romênia e os demais países da Europa Oriental naquele momento em que o socialismo real desmoronava, e eles partiam para ideias agregacionistas, que afinal foram canalizadas para a União Europeia. Mas, naquele momento, imaginava-se que pudessem constituir algo semelhante, mas independente do lado de lá da Europa. O diálogo do Mercosul foi sempre conduzido a mãos múltiplas, estávamos sempre juntos. O Brasil já não falava mais naquele ano, nos meses que mediarão entre o ponto de 1991, quando se celebra o Tratado de Assunção, e o final do governo Collor com o impeachment, porque Celso Lafer deu absoluta continuidade a essa política. Nós não

queríamos dialogar lá fora excluindo os nossos parceiros do Mercosul. Eu já não circulava sozinho. Eu estava sempre com primeiro, Domingo Cavallo, depois Guido Di Tella, da Argentina, primeiro com Argaña, depois com Alexis Frutos, do Paraguai, e o tempo todo com Héctor Gros Espiell, do Uruguai. E era a quatro vezes que explicávamos o Mercosul, e dialogávamos com a União Europeia, com a Europa Oriental, foi muito bem pensado. Era preciso demonstrar que não havia nenhuma espécie de hostilidade aos Estados Unidos da América. Pelo contrário, queríamos que essa nova entidade agregacionista dialogasse com eles melhor ainda do que vinha dialogando com cada um dos seus quatro fundadores. E foi nesse clima que se fez em Washington o chamado acordo do Jardim das Rosas ou *Rose Garden Agreement*, assim foi batizado pelo governo norte-americano, que gosta de dar nome aos tratados, e que era um acordo de cooperação entre os Estados Unidos da América e o Mercosul (os quatro países integrantes do Mercosul considerados como um conjunto). A nossa ida, e foram chefes de Estado também, não só os chanceleres, e a celebração do *Rose Garden Agreement* foi feita ali com toda pompa envolvendo cinco chefes de Estado, incluindo o presidente americano George Bush, pai. Tudo isso era uma espécie de contrapartida àquele diálogo já bem fluente que tinha se estabelecido com a Europa ocidental e com a Europa oriental, mesmo naquela fase de crise, de transição, mas, de transição tão positiva quanto os sentimentos que despertavam.

**G.C.** - Enquanto o Mercosul era negociado com as quatro chancelarias, o governo americano lançou a iniciativa das Américas, o chamado Plano Bush. O Plano Bush, quando foi lançado em meados de 90, foi encarado pelo Brasil e pelos parceiros como uma potencial ameaça à integração sul-americana ou como uma oportunidade para, inclusive, acelerar o processo de integração do Mercosul?

**F.R.** - Eu acho que o mais honesto seria dizer que nem uma coisa nem outra. Nem uma ameaça, nem um fator de propulsão. Tínhamos a lembrança, os mais velhos, os mais memorizados dos acontecimentos das últimas décadas, da Aliança para o Progresso, do tempo do presidente John Kennedy, que esses discursos norte-americanos não se materializam com muita clareza e com muitos resultados. Então, no fundo, preferíamos não pensar muito nisso. Aquilo não era uma ameaça, não poderia de nenhum modo perturbar a formação incipiente do Mercosul, mas também não era um fator de incentivo, de ajuda. Não era nem uma coisa nem outra, como a Aliança para o Progresso não foi coisa nenhuma.

**O.S.** - A gente passa ao período da sua gestão no ministério, que enfrentou crises regionais. A gente tem instabilidade no Suriname. Em que medida o senhor acredita que a redemocratização, a maior estabilidade política no Brasil aumenta a sua legitimidade como líder regional? Ou não se falava nesses termos? Obviamente existe um projeto muito importante de aproximação da Argentina, mas, por exemplo, cinco anos mais tarde, o Brasil tem um papel chave na negociação de paz entre o Equador e o Peru, o que posiciona pela primeira vez o país como realmente um país que assume responsabilidade regional, que projeta estabilidade política. Esse cenário era um pouco diferente no início dos anos 90. Existe uma tentativa, aliás, nós sabemos que ao longo da Guerra Fria, inclusive pelo Kissinger, por exemplo, ele enxergava o Brasil como uma potência regional que pudesse cuidar dessa região. Como essa conversa existe por parte dos Estados Unidos: uma articulação de que o Brasil agora, um país democrático, pode se posicionar como líder na região tomando conta, cuidando, resolvendo problemas dos países da vizinhança? Como o senhor pensava essa questão na época?

**F.R.** - O segredo maior da liderança é fugir dessa palavra como o diabo foge da cruz. Nenhum líder se anuncia como tal. Porque se o fizer, ele perde de imediato toda e qualquer possibilidade de liderança. A posição brasileira era de que, nós, sabidamente, liderávamos junto com a Argentina o processo de formação do Mercosul, inclusive, por força de um legado de governos anteriores. Os interessados em futura agregação a qualquer título dialogavam obviamente muito mais conosco do que com a Argentina, sobretudo o Chile e a Bolívia. Alguns outros dialogavam muito mais conosco do que com qualquer outro integrante do grupo. Era fundamental forjar essa liderança pela cadência normal dos acontecimentos. Isso não é uma invenção dos anos 90, o Brasil sempre teve essa preocupação de não parecer oferecido, de não parecer aquele que vai onde não é chamado, que fala quando não desejam ouvi-lo. Esse aspecto continente, discreto, da diplomacia brasileira sempre se preservou. Agora, há algo de extremo interesse nessa sua referência à pacificação da gravíssima questão fronteiriça entre o Peru e o Equador, que já pelo final dos 90 se resolveu. Esse é um dado tão importante. Aquilo que se conseguiu ali é algo tão importante que vou lhe citar um exemplo. Eu estava na Haia e dentro da corte da Haia, o meu colega e então presidente da corte norte-americana, Stephen Schwebel, conversou comigo certa vez sobre um projeto de algumas instituições respeitabilíssimas de pedir o prêmio Nobel da Paz para os articuladores do

acordo. Aquilo foi uma obra de engenharia diplomática sem precedentes. Agora, veja bem, é uma coisa que se articula desde 1947. É uma questão de fronteira territorial importantíssima, um pedaço de chão gigantesco, não é uma pequena região como as ilhas do Canal de Beagle, lá no sul, ou como a região de Laguna del Desierto, que foi o último incidente, muito bem resolvido por sinal, entre Argentina e Chile sobre fronteira... Não, essa faixa disputada de território entre Equador e Peru é gigantesca. Já correu muito sangue na área. Ao celebrar então, no final dos anos 40, um tratado entre Peru e Equador, é, portanto, um tratado bilateral de equacionamento do problema: “vamos evitar maiores conflitos, vamos evitar maior derramamento de sangue, e vamos tentar negociar essa questão da fronteira nos próximos anos, nas próximas décadas afinal, com quatro países garantes que foram o Brasil, os Estados Unidos da América, Argentina, Espanha”. Estados Unidos da América e três de nós aqui, além do Brasil, a Argentina e o Chile.

**O.S.** – Foi o protocolo do Rio de Janeiro?

**F.R.** –Foi o tratado do Rio de Janeiro, entre Equador e Peru, ele é muito citado em Direito Internacional, em Direito dos Tratados porque é um modelo incrivelmente inovador. Um tratado bilateral, celebrado entre dois países que estão em conflito por uma questão séria, e, por isso mesmo, ele é celebrado na capital de um terceiro e não na de um dos dois pactuantes. Entram em cena quatro forasteiros como garantes, como garantidores da boa execução do tratado. E dos quatro, o Brasil foi o mais atuante o tempo todo, chegou a ajudar até com deslocamento de forças para pacificar a região em horas de crise, ou seja, foi um trabalho de apoio à pacificação que nos deu até alguma despesa. Mas o resultado final sobreveio na década de 90, foi um sucesso absoluto, chegando a gerar entusiasmos até em quem não tinha nada a ver com isso. É muito citado nas academias hoje, como um exemplo perfeito de êxito na ação dos garantidores da execução de um tratado bilateral, celebrado no contexto de um conflito importante de fronteira. Não houve nada do gênero na época. Veja como é prosaico o rol dos nossos problemas bilaterais desse período inicial dos anos 90. Dávamos trabalho à frente portuguesa por conta da questão dos dentistas. Dentistas brasileiros emigraram, foram para Portugal, lá se instalaram, muito competentes, e mais competentes ainda se comparados com os dentistas, não direi de Portugal, absolutamente, não serei injusto, mas se comparados com os dentistas do hemisfério norte em geral, os nossos são melhores. Portanto, tiveram muito sucesso. Mas aí sofreram naturalmente a reação da classe lá. Porque em Portugal não

existe um curso acadêmico universitário de odontologia, é o curso de medicina. A moça, o rapaz faz o curso de medicina e escolhe, como poderia escolher a cardiologia ou pneumologia, odontologia como especialidade. Então o que a classe em Portugal, os sindicatos, as corporações de ofício diziam? “Esses rapazes e moças, senhores e senhoras não são qualificados como nós somos por que...”, e ao que tínhamos resposta também científica muito bem articulada, mas enfim, deu muito trabalho resolver. Sobretudo porque o governo português da época estava intensamente empenhado em ajudar, cooperar conosco e resolver aquilo, de modo a não impedir que aquelas pessoas continuassem trabalhando, fazendo seu trabalho honesto e competente lá. Mas, pressionado por instituições de classe. Ponha-se no lugar de um governo que quer resolver de modo sensato um problema na relação bilateral, mas que, ao mesmo tempo, sofre uma pressão intensa e aí põem a imprensa no meio, faixas na rua, passeatas, manifestações, discursos inflamados do parlamento, no sentido de não resolver o problema, pelo contrário, de tomar medidas drásticas. Isso foi resolvido sem deixar consequências, foi um trabalho intenso. Isso realmente nos deu trabalho. Deu-nos trabalho também a questão do Iraque. Explode a guerra, há centenas de trabalhadores brasileiros, eram cerca de 400 trabalhadores brasileiros de companhias privadas brasileiras trabalhando no Iraque, e como repatriá-los? O trabalho já se tornou impossível nessa época, estavam lá à espera da volta. E nesse caso, enfim, tivemos trabalho, as coisas foram difíceis. O embaixador Paulo Tarso foi mandado para lá, não para colocá-lo numa situação. Quando ele deu uma entrevista, não sei exatamente a quem, insinuou que era uma missão impossível. Eu não sei se a intenção de alguém no Palácio do Planalto, que não confiasse nele ou não gostasse dele, queria que isso fosse, para ele, uma missão impossível. Nós no Itamaraty, que sabíamos do talento e das habilidades de Paulo Tarso Flecha de Lima, sabíamos que ele teria sucesso, por ene razões, tendo a ver até com a relação dele com o Iraque e as autoridades iraquianas da época, e por isso ele foi mandado e teve o sucesso esperado por nós e por ele.

**G.C.** - Havia pressões políticas da Mendes Junior, por exemplo, sobre o Itamaraty?

**F.R.** - Pressões, não, mas o dono da Mendes Junior, o senhor Murilo Mendes foi uma vez ao Itamaraty, estava preocupado, queria ajudar etc. Ele foi recebido, estava acompanhado de um notável jurista, meu professor em Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, grande civilista, que era o advogado da Mendes Junior. Mas isso não era uma pressão, isso era mais um apelo. O que pode ser feito? O que isso depende, por exemplo, de dinheiro? Não foi o Tesouro

Público, foi a Mendes Junior que custeou aquele avião da Iraqi Airways que veio trazer as pessoas, com o embaixador Flecha de Lima junto, descendo então em Brasília. O momento crucial e mais nervoso desse episódio foi quando, no contexto das Nações Unidas, em um encontro bilateral entre o presidente Fernando Collor e o presidente George Bush (pai), em uma conversa que se imaginava reservada, uma pequena sala de reuniões de um hotel onde Bush ficava quando ia à Nova York para as Nações Unidas. E havia umas 14 a 16 pessoas na sala. Em certo momento, lamentando o que estava acontecendo no Iraque, Fernando Collor, acreditando que aquilo não transpiraria, disse “isso que está acontecendo é profundamente grave e profundamente injusto com os nacionais de países como o Brasil, que tem lá 400 Como vamos fazer? Esse homem é um insano”. Ele disse em inglês, *this man is insane*. Meia hora depois de terminada essa reunião, um jovem do departamento de Estado, visivelmente um trapalhão, embora com boa intenção, revelou: “eu vazei essa notícia para aliciar no Parlamento, no Congresso americano simpatias para com o Brasil”. Um idiota completo. Mas o fato é que meia hora depois, a BBC, a CNN e todas elas estavam dizendo que o presidente no Brasil diz as coisas numa palavra: “Saddam Hussein é um insano”. O embaixador Paulo Tarso que estava lá para liberar os brasileiros me telefona, em pânico: “o que eu faço?” “Bom, vá ao chanceler Tarek Aziz” lembram-se dele? O chanceler do Iraque na época, “vá ao chanceler Tarek Aziz, apresente a ele em meu nome um pedido de desculpas. Pode usar todas as palavras que lhe ocorrem em matéria de desculpas, penitência. Deve ter sido mal traduzido, o presidente certamente falou de uma situação insana, que precisa ser resolvida. E, se isso foi mal traduzido, eu peço desculpas em nome do governo brasileiro, e não se vinguem de nós, sobretudo, não se vinguem de você e da sua missão de libertar os 400 brasileiros”. E de fato, ele fez tudo que era necessário e acabou tendo sucesso. Enfim, não é que os iraquianos tenham acreditado piamente que foi um defeito de tradução, mas, certamente entenderam que nessas horas, o presidente do Brasil não imaginava que iria ao ar na televisão internacional. Foi um momento penoso, um momento difícil.

**G.C.** - Da parte de Israel, isso encontrei alguns documentos, em alguns telegramas trocados entre o Itamaraty e a Embaixada em Tel Aviv, havia uma certa tensão com relação à postura brasileira diante do conflito do Golfo, porque o Brasil tinha profundas relações econômicas com o Iraque, e uma relação abalada com Israel desde aquela resolução que condenava o sionismo como forma de racismo, que sob a sua chancelaria rogou-se nas Nações Unidas. O

Collor já tinha uma relação, vamos dizer, próxima de Israel desde a campanha em que ele (candidato ainda), em uma palestra na Hebraica, aqui em São Paulo, falou: “eu sou um filisionista”. Falou isso abertamente para o público que o assistia, dizendo que caso fosse pedido o reconhecimento do escritório da OLP<sup>4</sup> no seu Estado diplomático, o Collor não concederia se fosse eleito, porque achava que a Palestina não deveria ser reconhecida etc. Depois ele foi, inclusive, forçado a almoçar com embaixadores árabes num pedido de desculpa simbólico.

**G.C.** - Mas se teve algo que ele fez como presidente da República foi tentar manter uma relação muito positiva com a comunidade judaica no Brasil, isso a gente vê documentado inclusive de encontros que ele teve como eleito e como presidente, e a revogação da resolução nº 3379 da ONU foi um passo simbolicamente muito relevante. No mais, como o Brasil se inseria num debate, na época, que estava se abrindo para uma negociação de paz, da conferência de Madrid? O Brasil não chegou a ser convidado para essa conferência porque foi muito limitada, mas houve na época alguma movimentação do Itamaraty com relação a essa conferência?

**F.R.** - Quanto à revogação da resolução que qualifica o sionismo como uma forma de racismo, nós teríamos feito o possível para revogar isso ou qualquer outra coisa que tivesse esse teor meramente declamatório. Não é definindo sionismo como racismo ou não, não é por aí que se chega a qualquer objetivo. Ou seja, foi uma tropelia no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, o governo brasileiro por alguma razão, na época, sem muita consciência do que fazia. Foi no governo militar.

**G.C.** - Até hoje se discute quem determinou o voto, porque o Geisel já tinha dado algumas manifestações antissemitas por razões distintas e o Azeredo da Silveira (em uma entrevista que o próprio que Mathias depois organizou), havia dito que a posição brasileira original era de abster-se diante da resolução e que o Geisel parece ter dado uma ordem final de que o Brasil votasse a favor. Houve leitura sobre o antiamericanismo brasileiro, mas, o fato é que essa revogação foi muito importante, muito simbólica.

---

<sup>4</sup> Organização para a Libertação da Palestina.



**F.R.** - A revogação foi importante e foi muito consciente, sabíamos, não estávamos atendendo a pressão nenhuma, não estávamos nos submetendo a coisa nenhuma, estávamos apenas corrigindo um gesto boquirroto – boquirroto, essa é a palavra exata - sem nenhum significado prático. Agora, no governo Ernesto Geisel, eu não sei exatamente qual foi a motivação daquilo, mas que nesse mesmo governo, por força de circunstâncias variáveis, algumas tropelias foram cometidas, não tão sérias quanto a aprovação dessa resolução, mas que nos deixaram muito mal também, e num sentido oposto. Por exemplo, na última sessão da conferência diplomática de Genebra para reforma das leis da guerra, para juntar as convenções de Genebra sobre o direito humanitário aplicável aos conflitos armados, quando aprovaram os dois protocolos adicionais, um sobre a guerra externa, outro sobre a guerra civil, sobre o conflito armado interno. A delegação brasileira teve participação intensa com inúmeros juristas e diplomatas, até que, na quarta e última sessão da conferência de Genebra, em abril ou maio de 1977, o governo Geisel, que tinha então como chefe da Casa Civil e homem extremamente influente, o general Golbery do Couto e Silva, entendeu que não devia mandar delegação nenhuma. O embaixador Carlos Calero Rodrigues, que estava em Varsóvia, que deveria chefiar a delegação, foi convidado a ficar onde estava, deixaram lá o diplomata de menor hierarquia, e mandaram um oficial da Marinha do Brasil para apoiá-lo naquilo que foi a última conferência. E, houve um momento em que, completamente perdido, o diplomata em questão, e sob a influência do oficial de Marinha que o governo Geisel mandou para lá, numa votação sobre determinado quesito, que se tratava de aprovar, porque favorecia o tratamento humanitário das vítimas da guerra interna do conflito do civil, 150 países votaram a favor, cinco ou seis se abstiveram, entre eles os Estados Unidos da América, Holanda, Alemanha e dois apenas votaram contra, Israel e o Brasil. Isso foi um dos momentos mais disparatados na história da nossa diplomacia. E aconteceu sob o governo Geisel. Quer dizer, não havia muita lógica nas coisas. Mas voltando à questão da revogação, ela foi consciente. A relação com Israel sempre foi boa. Eu me lembro de que eles se surpreendiam às vezes no fato de que era tão fluente e desenvolvido o diálogo com o chanceler de origem árabe, que foi sucedido por um chanceler de origem judaica, e não mudou grande coisa, enfim, as linhas da política externa brasileira não mudaram coisa alguma, sobretudo não mudou o trato com Israel. O único problema que tínhamos nessa relação bilateral era o problema da moça brasileira, de origem palestina, de nome Lâmia, que estava presa em Israel por alegada cumplicidade com um atentado de que o marido participou etc. E nós, na época o

deputado Airton Soares, teve um papel relevantíssimo nisso, foi de uma ajuda extrema, foi de um ativismo que marcou época, e afinal bem sucedido, mas a duras penas. Lembro-me das várias visitas que ele fez ao Itamaraty, o embaixador de Israel dizendo que a nova tentativa não fora coroada de êxito, que a moça continuava presa. Ele era um homem muito cordial, a convivência com ele era muito fácil. Finalmente, a moça foi solta. Quer dizer, o nosso argumento era esse: que direito penal é esse que penaliza diretamente uma pessoa pelo fato de ser casada com outra? Essa presunção de cumplicidade é completamente estapafúrdia. “Não, mas sabe como são as coisas, as famílias das vítimas e...”, o argumento das famílias das vítimas, que a justiça norte-americana também usa com muita frequência. Sempre que se trata de quebrar certas regras básicas de direito penal se vem com esse argumento, as famílias das vítimas estão pressionando o juiz... E era esse o argumento israelense no caso da continuidade da prisão da moça brasileira, mas que finalmente se resolveu e se resolveu bem, da melhor maneira possível.

**G.C.** - E o senhor recebeu em Brasília tanto o Simon Peres quanto o Farouk.

**F.R.** - Farouk Kaddoumi que era o chanceler palestino. Simon Perez foi mais de uma vez e Farouk Kaddoumi também. Com esse eu tive uma relação extremamente cordial. Eu voltei a vê-lo em algumas outras ocasiões.

**G.C.** - Resta um pouco mais de meia hora, gostaria que o senhor falasse brevemente sobre África e depois sobre a sua saída do ministério. Quando você fala da política externa do Fernando Collor, muitas vezes se diz que a África é fator totalmente secundário, que não havia nenhuma relevância etc., porém, a gente vê aqui que havia viagens.

**F.R.** - Nunca vi algo mais disparatado do que essa alegação de que a África não foi considerada ou mesmo privilegiada. Aliás, a maior prova disso, consultem a imprensa brasileira da época no que ela tem de mais conservador. Consultem na época a memória das opiniões que eram dadas às vezes em caráter avulso e em off a jornalistas por alguns diplomatas brasileiros um pouco incontinentes verbalmente, embora não mostrassem a cara quando faziam a crítica daquilo que chamavam de política africana. Era bem esse o espírito da coisa: “mas o que é isso, que história é essa de ir ao Cabo Verde, que história é essa de ir à Angola, Moçambique? Isso não dá frutos, isso não conduz a nada.” Ou seja, é uma loucura

ver o governo Fernando Collor criticado por falta de afeição à relação com o continente africano, quando um dos argumentos que mais levaram certos maledicentes a malharem o governo naquela época era justamente a vertente africana da nossa diplomacia, que quase ressuscitava a da época do chanceler Azeredo da Silveira, que foi o período mais africanista da história do Itamaraty (sob o governo Geisel, diga-se de passagem). E não só as nossas relações com a África negra que foram intensas, e não disseram respeito apenas à África negra de origem portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé). Agora, mesmo outros países, Zimbábue, a Namíbia, e principalmente a África do Sul. O Brasil foi de uma extrema habilidade, justiça seja feita, que começa antes do governo Collor, talvez muito antes. O Brasil nunca se afeioou a essa ideia rudimentar e idiota de que você ajuda as coisas a melhorarem em determinado país, isolando esse país. Então, a nossa política em relação à África do Sul nos últimos anos do apartheid, era uma política construtiva, vamos levá-los a redenção, à reforma, mas não isolando-os porque nesse caso só poderemos piorar as coisas. Durante muitos anos, a única maneira de se viajar entre África do Sul e Estados Unidos da América era via São Paulo. As linhas aéreas admitidas nesse eixo eram só aquelas brasileiras ou sul-africanas que passavam por São Paulo. E o Brasil teve uma posição protagonista naquilo que foi a transição da África do Sul do apartheid para a África do Sul ainda sob o governo de Klerk. A África do Sul que rompeu com seu passado e que se redimiu. Eu acabei participando disso até depois do exercício da chancelaria. Eu fui lá várias vezes para pronunciar conferências no ano de 93 ou 94, sobre como organizar eleições em condições adversas. Fui depois como convidado do governo de Nelson Mandela, já eleito, já instalado, sempre tive boas relações com a comunidade jurídica sul-africana de origem inglesa e nativa que lutava contra o apartheid, mas lutava com esses meios: organizando colóquios, conferências, convidando e seduzindo as pessoas para a ideia da democratização, para a ideia do privilégio da vontade da maioria sobre a minoria. E a África do Sul é um modelo de transição entre algo extremamente odioso e algo esplendoroso, com uma participação bonita do Brasil.

**O.S.** – O senhor acompanhou o presidente na viagem a vários países africanos, e foi nesse momento que chegou a conhecer o Mandela?

**F.R.** - Eu conhecia o Mandela antes, voltei a vê-lo depois nas idas para África do Sul para as conferências preparatórias das eleições e, depois da visita, como convidado. Mas na época,

durante o governo não, eu estive com alguns líderes da Namíbia, da independência da Namíbia, não da própria África do Sul.

**G.C.** - O Mandela chegou a vir ao Brasil em 91. Esse momento teve algum impacto simbólico nas relações bilaterais do Brasil com a África do Sul ou foi um processo paulatino?

**F.R.** - Ele tinha conhecimento de que essas relações eram boas no sentido construtivo. Nelson Mandela sempre soube que a vertente brasileira da política externa com os fundadores da nova África do Sul era senão a mais importante, uma das mais importantes. O próprio trânsito dele para os Estados Unidos da América era feito dessa maneira, via Brasil. E sabedor disso, era um homem também muito cioso das necessidades... Parecia que na cabeça de Nelson Mandela quando da visita ao Brasil, a questão da queda do apartheid, da democratização, das eleições livres eram favas contadas. Ele já tinha isso como premissa e não era mais com isso que se preocupava Nelson Mandela. Ele já estava pensando na ascensão econômica, no aproveitamento dos recursos ilimitados que a África do Sul tinha (como recursos naturais), mas de um modo inteligente e necessitando de ajuda externa. Por isso eu me lembro de que chamou atenção de alguns o fato que ele insistiu muito nisso. Se poderia contar, na hora certa, com alguma ajuda do Brasil na medida em que isso fosse necessário, em matéria de investimentos etc.

**O.S.** - Nas viagens do presidente, ele levou comitivas representantes de empresas também ou foi pequeno, meramente de representantes do governo?

**F.R.** - Havia nas viagens africanas, todas, a área econômica envolvida. Agora, a sua pergunta me trouxe à cabeça uma comparação. O setor privado que nos acompanhou nas viagens à África nunca foi tão ponderável nem tão intenso quanto na viagem que eu fiz ao Irã (aí não o presidente da República). Na minha comitiva só havia empresários. Parece que custeados por eles próprios, é óbvio, resolveram acompanhar o chanceler naquela viagem ao Irã porque entendiam que as perspectivas do comércio com o Irã eram muito, muito promissoras. Na realidade, essa vertente bilateral iraniana me pareceu decepcionante. Não correspondeu exatamente a tudo aquilo que, pelo menos o setor privado da delegação, esperava.

**O.S.** - Mas, atinge um pico de importação de petróleo do Irã exatamente em 99...

**F.R.** - Sim, sim.

**O.S.** - A viagem do senhor foi quando?

**F.R.** - Foi em 91. Já pelo final de 91, segundo semestre de 91. Foi uma viagem ao Egito, passamos creio que por Roma, houve um ou outro contato com o governo, que então era Giulio Andreotti, o chanceler De Michelis. Fomos primeiro ao Irã, e na volta do Irã passamos pelo Egito, que então estava sob o presidente Mubarak e o chanceler Amr Moussa, que hoje é o secretário geral da Liga Árabe. Essa delegação era repleta de empresários, das mais variadas áreas do Brasil. Mas havia também alguns convidados do governo brasileiro, entre os quais o notável escritor Affonso Romano de Sant'Anna, esteve no Irã e no Egito, e jornalistas também, foi a Letícia Borges (do *Estadão* na época), foi a Maria Helena Daguinardi e alguns outros.

#### [FINAL DO ARQUIVO 02]

**O.S.** – Obviamente, ao longo do processo de 91 e 92, a política externa não era o foco da tensão da sociedade, da mídia. Era mais a questão econômica etc. O senhor lembra de algum evento específico no qual que teve que defender, debater na praça pública porque apanhou por alguma questão que gerou uma crítica? Como se deu esse processo?

**F.R.** - Eu me lembro de que, em todas as pesquisas de opinião que a imprensa realizava e divulgava, o Itamaraty pontificava como a área do governo que mais reunia o consentimento da sociedade. Todas, sem exceção de nenhuma (não foram muitas, quatro, cinco, seis talvez desse biênio), mas em todas elas consultada a população em uma pesquisa de opinião sobre o que acha do governo, o Itamaraty pontificava como a área menos criticada e mais reconhecida. Também quando houve pesquisas, por exemplo, a nossa posição em relação à guerra no Iraque. Os Estados Unidos empreenderam, e, embora o Brasil reconhecesse que o Iraque violou o direito internacional ao tomar posse de uma área do território do Kuwait, o Brasil não acha que era o caso de empenhar forças militares brasileiras na defesa do território do Kuwait. Há outros países mais interessados por razões próprias em fazer isso, o Brasil não fará. Também aí o aplauso da opinião pública foi generalizado. Uma única vez eu tive que

defender a Casa, foi a propósito da derrubada pela Guarda Nacional Venezuelana de um avião de garimpeiros brasileiros. E, parte da imprensa brasileira, comprometida sei lá com o que, talvez apenas com a vocação de crítica ao governo na época, resolveu fustigar intensamente; a Venezuela na época não era algo parecido com a política de hoje que leva a tantas antinomias. Não, era um país vizinho normal. Então, sob o governo creio que de Carlos Andrés Pérez ainda, contra quem Hugo Chaves já tinha tentado um golpe, que até nos levou lá em solidariedade ao governo. Mas a Guarda Nacional Venezuelana, enfim, abateu um avião de garimpeiros. O governo já fazia uma intensa campanha de repressão ao garimpo ilegal. O garimpo era sempre ilegal naquelas regiões do país. Ele ofendia inúmeros bens jurídicos, inúmeras normas: agredia o meio ambiente, corrompia os índios, contaminava a saúde de pessoas e animais em geral, corrompia costumes e, em última análise, contrabandeava tudo aquilo não dando a mínima satisfação. Ou seja, os garimpeiros da época, embora conseguissem alguma simpatia por parte da mídia, eram criminosos e se assumiam como criminosos. Achavam que tinham o direito. Na medida em que eles, não contentes por cometerem esse crime múltiplo no Brasil, entravam também em território venezuelano, a Venezuela se defendia. E foi o que aconteceu. É claro que não havia na época normas em direito internacional, elas passaram a existir logo em seguida. Com nossa participação, criou-se um direito internacional, tratado que impede a defesa nacional de qualquer país de abater um avião sem antes ter tentado, por todos os meios, forçar o pouso. Não havia regras na época e a Guarda Nacional Venezuelana, vendo aquele avião estranho e presumindo, com razão, que se tratava de garimpeiros ilegais, abateu o avião. E, nesse em particular, foi preciso. Aí houve baterias de ataque ao Itamaraty por não ter assumido. Parecia que, para esses críticos, a questão de saber se o indivíduo é brasileiro ou estrangeiro era muito mais importante do que saber se se trata de um criminoso ou de uma pessoa de bem. Foi com esse espírito que parte da mídia reagiu. E foi preciso explicar e, eu expliquei com suficiente clareza e mantendo a calma, o que não foi fácil, que não era questão da nacionalidade que conta nessas horas, mas a questão da legitimidade ou não daquilo que está sendo feito e da legitimidade ou não daquilo que o país estrangeiro faz para reagir e defender os seus interesses.

**O.S.** - Certo. O senhor sai do ministério em abril de 92. Antes disso, o senhor conhecia muito bem a Casa? Agora, ser chanceler é outra coisa, obviamente. É outro tipo de engajamento,

inclusive no seu dia a dia, no impacto na vida pessoal, isso foi uma experiência, olhando para trás, durante esse tempo, satisfatória? O senhor tinha uma certa saudade daquela vida, como isso impactou, o senhor já tinha vontade de continuar por muito tempo?

**F.R.** - Não, não. Eu pensei seriamente quando saí do governo em deixar a função pública em definitivo e fazer aquilo que familiares meus sempre haviam querido, que eu me instalasse em São Paulo, que eu fizesse alguma forma de advocacia privada na minha especialidade. Mas aconteceu aquilo de que se lembram, o ministro Célio Borja foi convidado a ocupar a pasta da Justiça e ele ocupou. Enquanto Celso Lafer me sucedia no Itamaraty, Célio Borja foi para a pasta da Justiça sucedendo Jarbas Passarinho, e exerceu esse ministério até o momento em que o governo caiu pelo impeachment. Mas, as minhas relações com a Casa continuaram tão fluidas quanto elas eram antes de eu ocupar a chefia da Casa. Ou seja, eu continuei dando aulas no Instituto Rio Branco. Até o dia de ir para Haia, em 1997, e exercer o meu mandato, eu continuei lecionando no Instituto Rio Branco.

**O.S.** - Mas como chefe da Casa não dava aula?

**F.R.** - Eu mantive as aulas no Instituto Rio Branco.

**O.S.** - Mesmo como chanceler?

**F.R.** - É. Não inibi também. Era uma aula por semana, mas eu mantive a minha atividade. A sala de aula me fazia muita falta. Eu achava que era uma hora que não me consumia energias, era quase que um refrigerante espiritual, os momentos da aula me descansavam. Sair do Gabinete e ir para o Instituto Rio Branco dar uma aula de uma hora, voltar, isso era altamente repousante. Facilitava-me o trabalho. E as minhas relações com a Casa continuavam como continuam até hoje, embora o cenário, hoje, seja de profunda compaixão.

**O.S.** - O seu tempo como chanceler obviamente tem uma exposição maior à imprensa, publicamente, viagens etc, isso obviamente foi mais intenso no seu dia a dia. Isso influenciou de alguma maneira a sua decisão de voltar ao seu cargo, sair do Itamaraty ou isso foi algo que não lhe impactava?

**F.R.** - Não, não. De certo modo, era o contrário. Embora o Itamaraty seja o órgão do governo menos permeável à política, eu não recebia visitas de deputados ou senadores pedindo coisas.

Eu me comprazia em ir, de vez em quando, às casas legislativas dizer, explicar, ensinar etc., mas eu não era provocado, não era procurado, e, sobretudo, não me envolvia naquilo que deve ser o calvário dos demais ministros de Estado, o convívio político com tantos interesses tão diversos e às vezes contraditórios. Essa é uma vantagem do Ministério das Relações Exteriores sobre todo e qualquer outro ministério. Mas enfim, era cansativo. Sob essa ótica, a movimentação excessiva era cansativa, sob essa ótica, eu me senti mais reconfortado quando voltei ao Supremo em 92.

**G.C.** - A nomeação foi feita pelo próprio presidente Collor?

**F.R.** - Foi.

**G.C.** - De comum acordo?

**F.R.** - Não. Quando eu cheguei de Nova York, estava em missão relacionada com o preparo da convenção Rio 92, da conferência Rio 92, e mal eu pousei, o embaixador Marcos Coimbra me telefonou ou foi me ver lá no Itamaraty e disse: “veja, o presidente quer indicá-lo ao Supremo na vaga que acaba de se abrir pela vinda do Célio Borja para o governo”.

**O.S.** - Então foi uma surpresa?

**F.R.** - Foi uma absoluta surpresa. De Nova York mesmo, sabedor que o governo se dissolvia, eu havia feito um contato telefônico com meu velho amigo Aristides Junqueira, que é então procurador geral da República, para enfim, ouvi-lo sobre as circunstâncias, ouvi-lo sobre o que ele achava da advocacia, ouvi-lo sobre o que ele achava de certas pessoas que haviam me pedido para sair da função pública e me associar a elas, todas muito idôneas, mas, de qualquer maneira, eu queria ouvir o Aristides sobre isso. Mas, quando cheguei e me veio essa notícia de que o presidente da República queria me indicar, de novo, não me aborreceu isso.

**O.S.** - Não havia comentado com o presidente da República que teria interesse em assumir novamente essa função?

**F.R.** - Nada, nada. Nesse período ele estava em profunda crise. A situação dele era difícilíssima. Lembram-se do que aconteceu?

**G.C.** - Ele chegou a se deprimir.



**F.R.** - É, a situação dele era difícilíssima. Saíram do governo pessoas como Jarbas Passarinho, como eu próprio, já havia saído o professor Luxemburg, sairia o professor Goldemberg. E ele estava para fazer o cacife político, aquilo que o acusavam de não ter, compondo um ministério imenso por sinal, coisas extremamente íntegras como Celso Lafer, Célio Borja, e coisas bem menos íntegras, não preciso citar nomes, mas me lembro de algumas figuras que estavam nessa nova composição do governo Collor na qual ele foi induzido por força das circunstâncias em que havia necessidade de apoio político, que afinal não adiantou. Lembram-se, poucas semanas depois, o irmão, Pedro Collor, dava aquela célebre entrevista à revista *Veja* que desencadeou a descida pela rampa do impeachment.

**O.S.** - O senhor, quando viu essa notícia, sabia quem o presidente da República tinha em mente para substituí-lo como chanceler?

**F.R.** - Ele me falou.

**O.S.** - Ele não perguntou?

**F.R.** - Não, ele me falou por telefone, sabedor de que o Marcos Coimbra já tinha me avisado que ele iria me indicar. Ele me telefonou para comunicar que estava pensando em convidar o professor Celso Lafer (que é um velho amigo meu) e havia chances que ele aceitasse.

**O.S.** - O senhor sabe se ele havia contatado outras pessoas?

**F.R.** - Não, eu não soube de ninguém. Mas, eu me lembro de que, nessa conversa telefônica, Fernando Collor me falou do partido do PSDB. O senhor sabe que esse partido, vocaliza por aí que não quer participar etc., mas eu soube por caminhos paralelos que ele aceitaria participar ou pelo menos não se oporia que alguém mais envolvido na vida acadêmica do que na militância partidária poderia aceitar.

**G.C.** - O que eu soube, se isso complementa algo, foram cinco nomes chamados em ordem e com algumas recusas que ficaram conhecidas. Um foi o Fernando Henrique que foi, pela segunda vez, vetado pelo próprio partido, parece que Mario Covas havia uma indisposição com relação a juntar com governo Collor. Depois, parece que o convite foi estendido ao Roberto Campos, e ele não quis participar. Houve um convite feito ao Ulysses Guimarães, que tampouco pode aceitar porque estava em viagem à África como presidente da Câmara

(ou presidente ou representante). E, foi feito um convite ao Ricupero, eu vou inclusive conversar com ele essa semana, semana que vem para poder entender isso um pouco melhor. Parece que Ricupero não quis aceitar porque ele ia assumir um cargo na UNCTAD<sup>5</sup> ou em algum lugar. E também acho que já havia um mal entendido, porque, como Ricupero tinha sido associado ao governo Sarney também, havia alguma coisa assim mais complicada. Aí o convite chegou ao Celso Lafer, que era filiado do PSDB, mas não militante. O que resolveu parte do problema.

**F.R.** - Isso faz todo sentido. O Dr. Ulysses, por exemplo, Collor tinha querido dar a ele, junto com Dom Hélder Câmara, a antiga Ordem da Rosa, Ordem Nacional do Mérito, pouquíssimas pessoas têm. Houve uma cerimônia no Itamaraty para isso, Dr. Ulysses ficou sensibilizado. Fernando Henrique era um nome excepcional, se aceitasse seria a glória. Agora, não sei em que medida esses, que teriam sido convidados antes de Celso Lafer, farejavam já a crise. Não sei em que medida era possível farejar a crise naquele momento. Certamente o era, não com tanta intensidade, com tanta velocidade quanto o processo que se desencadeou a partir da entrevista de Pedro Collor. Mas eu acho que já sabiam que era uma situação crítica.

**O.S.** - O Celso Lafer o procurou em algum momento?

**F.R.** - Veio me visitar imediatamente.

**O.S.** - Sobretudo em relação à Rio 92? Os senhores tiveram reuniões para passar todo conhecimento etc.?

**F.R.** - Várias vezes. Ele e a mulher foram até a minha casa no prédio do Supremo e várias vezes conversamos sobre aquilo que estava sendo deixado como herança, e aquilo que o ocuparia mais nos meses seguintes. O tema primordial era a conferência e o preparo da conferência, que foi, por sinal, muito bem sucedida. Mas eu acredito que a conferência se deu já no clima da crise, do impeachment. Nisso eu lamento por Celso Lafer, talvez ele não tenha tido muitos dias de sossego enquanto exerceu, naquele ano de 92, a chancelaria. Aliás, não só por ele, por Célio Borja mais ainda que era o ministro da Justiça. Não foi fácil.

---

<sup>5</sup> United Nations Conference on Trade and Development.

**G.C.** - A ideia do imposto internacional sobre a poluição ainda era discutida a época ou já tinha sido abandonada?

**F.R.** - Não, não era.

**G.C.** - O Presidente Collor tinha isso como bandeira de campanha.

**F.R.** – Tinha. Mas, a partir da conferência do Rio, a coisa se traduz de outras maneiras. A coisa se materializa por outros caminhos, um pouco menos radicais do que esse mecanismo qualificado pela palavra imposto, que assusta tanta gente.

**O.S.** - E para finalizar, a sua relação com o presidente depois da sua saída do Itamaraty. Obviamente o presidente passou por uma fase muito complicada, havia uma comunicação ao longo desse tempo e como foi depois?

**F.R.** - Eu o vi poucas vezes desde então. Mas enfim, eu fui a Maceió fazer uma conferência na universidade certa vez, ele estava em campanha para senador.

**O.S.** - Ah, isso já foi depois?

**F.R.** - É, já bem depois. Nos primeiros anos eu não o vi. Eu voltei ao Supremo e nesses anos de Supremo, esses cinco anos, eu não o vi mais, nem nos meses remanescentes do governo, antes do impeachment, nem nos anos imediatamente seguidos. Mas, depois da minha ida para Haia, eu o encontrei duas ou três vezes. Houve também um evento em Maceió em que eu fui a convite da universidade, e ele que estava no interior em campanha para senador, me telefonou, disse: “desculpe não poder assistir à sua conferência e não poder participar de um jantar que estavam organizando”, e, depois disso, ele me pediu para ir ao Senado quando ele presidia a comissão de relações exteriores para um debate sobre a carreira diplomática e o futuro da carreira diplomática. Foi muito interessante. O senador Cristóvão Buarque estava.

**O.S.** - Isso já foi em 2010.

**F.R.** - Isso já foi depois da minha volta, exato, nessa época em que ele presidia a comissão. Depois disso não voltei a vê-lo.

**O.S.** – Fechamos exatamente meio dia, muito obrigado, foi excelente, ótimo.

**F.R.** – Foi um prazer para mim.

**[FINAL DA ENTREVISTA]**